

**GHEFFERSON TAVARES**  
**JUAREZ ALMEIDA DE JESUS**

**ESTUDO SOBRE PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS APLICÁVEIS NA IDENTIFICAÇÃO DE INDÍCIOS DE SONEGAÇÃO  
DO ICMS NO RAMO DE SUPERMERCADOS DE UMUARAMA - PARANÁ**

Monografia apresentada ao Departamento  
de Contabilidade, do Setor de Ciências  
Sociais Aplicadas, Universidade Federal  
do Paraná, como requisito para obtenção  
do Título de Especialista em Auditoria  
Integral.

Orientador: Prof. Jaime Bettoni.

**CURITIBA**

**2003**

## DEDICATÓRIA

Às nossas famílias – esposas e filhos – pelo apoio e compreensão, em especial quando das nossas constantes ausências do lar para que a meta hoje alcançada pudesse ser possível. Vocês que estiveram presentes nos momentos mais difíceis dessa caminhada, que representam parte de nossas aspirações, fontes de nossos sucessos, razões de nosso viver, compartilharam conosco esta luta, abdicando de nosso tempo e atenção em favor do ideal que almejávamos.

Nossa vitória é de vocês também e também queremos que compartilhem dessa alegria.

A vocês nosso carinho, amor e gratidão. Deus lhes abençoe sempre.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente nos reportamos a Deus, que é Pai e sendo assim, nunca abandona seus filhos. Nossa conquista de hoje é mais uma expressão dessa certeza.

Agradecemos por nos ter dado forças para vencer os obstáculos e assim, não ter permitido que o cansaço e o desânimo nos dominassem nessa trajetória muitas vezes dura e repleta de desafios.

Que sua Luz Divina continue a iluminar nosso caminho !

Aos nossos pais, familiares e amigos que, mesmo estando por vezes distantes, permaneceram do nosso lado, incentivando-nos e ajudando-nos a perseverarmos no propósito do aperfeiçoamento de nossa formação profissional e pessoal. Essa força fez e faz a diferença em nossas vidas. Obrigado !

Aos colegas de curso, com quem assumimos o desafio como uma luta conjunta.

Com certeza esse período de convivência e de “estrada” formou e fortaleceu laços que esperamos sejam eternizados.

A vocês nosso muito obrigado e nossa amizade.

Aos mestres do curso que concluímos, por compartilharem conosco seus conhecimentos e experiências profissionais e nos guiarem para além das teorias,

das filosofias e técnicas, levando-nos a vislumbrarmos potencialidades, muitas vezes despercebidas.

Expressamos, neste momento, nossos agradecimentos e nosso respeito.

Ao professor Jaime Bettoni, pela dedicação e disponibilidade em nos orientar neste processo que coroa a reta final desta caminhada.

Sua experiência, seu conhecimento, sua competência serão sempre lembrados como exemplo para nossas futuras empreitadas, sendo um referencial em nossas vidas.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente colaboraram para que mais este objetivo fosse alcançado, nosso muito obrigado !

*“Não se impressione com as pedras do caminho.*

*Sejam elas grandes ou pequenas. Pouco importa.*

*Pés no chão, fronte no infinito, continue a sua caminhada com passos firmes.*

*Cada dia você poderá sentir-se mais forte e feliz”*

*Arnaldo A. Padovani*

## **LISTA DE SIGLAS**

CTN = CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

ICM = IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

ICMS = IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO

IPVA = IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

ITCMD = IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO “CAUSA MORTIS” E DOAÇÕES

ITBI = IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO “INTER VIVOS” DE BENS MÓVEIS

IVC = IMPOSTO SOBRE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

IPTU = IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

IPI = IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

IR = IMPOSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA

DRE = DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

BP = BALANÇO PATRIMONIAL

DOAR = DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

## RESUMO

TAVARES, G.; JESUS, J. A. **Estudo sobre Procedimentos de Análise das Demonstrações Contábeis aplicáveis na Identificação de Indícios de Sonegação do ICMS no Ramo de Supermercados de Umuarama – Paraná.** O presente estudo desenvolveu o tema sobre procedimentos de análise das demonstrações contábeis aplicáveis na identificação de indícios de sonegação do ICMS no ramo de supermercados do município de Umuarama, Estado do Paraná. Através de expressivo referencial teórico, enfatizou a sonegação de tributos, as demonstrações contábeis, os registros passíveis de análise, a sonegação e a fraude contábil e suas principais irregularidades, além de descrever os procedimentos de fiscalização utilizados na análise das demonstrações contábeis. Analisar as demonstrações contábeis, significa examinar sistematicamente os registros patrimoniais, para verificar se os mesmos encontram-se dentro ou fora do fim aziental, existindo para este fim várias técnicas que, cabe ao analizante a aplicação que julgar necessária, na extensão e profundidade, até obter o grau de certeza desejado. Concluiu-se que, a contabilidade representa uma ferramenta de apoio ao profissional fazendário que dela poderá se valer para atingir o seu objetivo, porém, deverá conhecer suas formas de registro, metodologia e critérios de avaliação.

**Palavras-chave:** ICMS, Demonstrações Contábeis, Sonegação.

e-mail dos autores: [gheffer@pr.gov.br](mailto:gheffer@pr.gov.br)  
[piaui@pr.gov.br](mailto:piaui@pr.gov.br)

## ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
LISTA DE SIGLAS.....	IV
RESUMO.....	V
1. INTRODUÇÃO.....	01
2. METODOLOGIA.....	04
3. DESENVOLVIMENTO.....	06
3.1 TRIBUTOS.....	06
3.1.1 ICMS.....	12
3.1.2 Sonegação.....	18
3.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	20
3.3 REGISTROS PASSÍVEIS DE ANÁLISE.....	22
3.3.1 Fornecedores.....	22
3.3.2 Conta Caixa.....	24
3.3.3 Contas Correntes Passivas.....	27
3.3.4 Exemplos mais comuns na Demonstração de Resultado.....	34
3.3.5 Exigibilidade no Balanço.....	37
3.3.6 Evolução das Imobilizações.....	40
3.3.7 Registro de Inventário – Sistema de Valoração.....	45

3.4 DA SONEGAÇÃO A FRAUDE CONTÁBIL.....	47
3.4.1 Subfaturamento.....	48
3.4.2 Saldo credor de caixa.....	49
3.4.3 Saída de mercadoria sem emissão de documento fiscal (Omissão de Receita).....	52
3.5 PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO NA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	54
3.5.1 Termos fiscais.....	56
3.5.2 Prova dos fatos ilícitos.....	56
3.5.3 Registros fiscais e comerciais.....	57
3.5.4 Documentos fiscais.....	58
3.5.5 Livros comerciais.....	60
3.6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS .....	62
3.6.1 Balanço Patrimonial corrigido de 1996 e 1997.....	63
3.6.2 Demonstração do Resultado do Exercício corrigida de 1996 e 1997.....	64
3.7 RESULTADOS DA ANÁLISE.....	65
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
6. ANEXOS.....	74
Anexo I – Balanço Patrimonial de 1996.....	75
Anexo II – Balanço Patrimonial de 1997.....	77
Anexo III – Demonstração do Resultado do Exercício de 1996.....	79
Anexo IV – Demonstração do Resultado do Exercício de 1997.....	81



## 1. INTRODUÇÃO

A análise das demonstrações contábeis, visando identificar indícios de sonegação do ICMS é mais uma ferramenta para o Auditor Fiscal de Tributos Estaduais efetuar seu trabalho.

Analisar através das demonstrações contábeis, significa examinar sistematicamente os registros patrimoniais, para verificar se os mesmos encontram-se dentro ou fora dos limites do fim aziental.

É um esforço para verificar se a contabilidade da empresa realmente reflete a situação patrimonial, assim, como os resultados das operações realizadas. Possui como objetivo principal apresentar conclusões, críticas, orientações e pareceres com o emprego para tanto de todos os meios necessários.

Quando realizada por auditores do Fisco, a análise das demonstrações contábeis busca examinar a situação de um contribuinte, verificar sua exatidão em relações tributárias perante o Governo do Estado, para que são empregados conhecimentos gerais de análise, e em especial da legislação própria do imposto.

Procurando identificar eventual fato gerador do imposto (ICMS) que tenha se mantido oculto, portanto sem pagamento do tributo, a análise realizada pelo Fisco nos registros contábeis, apura a ocorrência de uma ou mais irregularidades, entre

elas o saldo credor de caixa, o saldo irreal de caixa, compras não contabilizadas, ativo permanente oculto, omissão de receitas, entre outros.

Mediante o exposto, verifica-se que a análise das demonstrações contábeis é uma útil e necessária atividade dos agentes fiscalizadores, que participam ativamente do processo de obtenção de um elevado índice de eficiência no adiantamento das obrigações principais e dos deveres instrumentais decorrentes das relações tributárias resultantes dos negócios realizados.

É evidente a importância da análise das demonstrações contábeis, mas quais são os reais procedimentos de análise para se identificar eventual fato gerador do imposto, que tenha se mantido oculto, portanto sem o pagamento do ICMS?

A resposta inicial para tal questionamento é de que existem muitas técnicas e procedimentos de análise que permitem formar opinião sobre as demonstrações contábeis a serem examinadas. Cabe ao analizante a aplicação de técnicas que julgar necessárias, na extensão e profundidade, até obter o grau de certeza desejado.

Na busca de respostas mais precisas sobre o tema em questão foi elaborada esta pesquisa. Seu objetivo geral foi demonstrar os procedimentos de análise que permitem detectar os indícios de sonegação do ICMS. Especificamente objetivou ressaltar a importância da análise das demonstrações contábeis quando se procura detectar indícios de sonegação de tributos; identificando quais são os registros passíveis de análise, as principais irregularidades encontradas, além de descrever os procedimentos adotados pelo auditor fiscal que permitem comprovar os indícios de sonegação do ICMS.

A finalidade principal desta pesquisa foi dotar os interessados, principalmente os auditores fiscais de conhecimentos sobre as técnicas e procedimentos de análise das demonstrações contábeis de forma a atestar a fidedignidade do processo de gestão das empresas em relação a pagamento de tributos.

## 2. METODOLOGIA

Objetivando-se levantar dados que demonstrem quais os fatores que levam à sonegação de impostos, a pesquisa desenvolveu-se mediante a utilização do método descritivo no qual se inserem a análise e seleção de dados originários de revisão bibliográfica que denote estudos referentes à década de 90 ao início deste século.

Dois aspectos permearam a trajetória de estudos e são associados à revisão bibliográfica pertinente ao problema de pesquisa: a análise de pesquisas anteriores sobre o mesmo tema e/ou sobre temas correlatos e a discussão do referencial teórico. A utilização da literatura serviu para discutir os conceitos e justificar categorias de análise, ajudou a ir além da pura descrição e atribuiu significado aos dados coletados.

A pesquisa bibliográfica, sendo o quadro referencial de análise, ajudou a classificar a lógica de construção do objeto da pesquisa, orientou na definição de tributo, fuga tributária e sonegação e outros tributos relevantes, deu suporte para o entendimento dos fatores condicionantes de sensibilidades que levam à sonegação, esclareceu a relação existente entre Sonegação de Impostos e a apresentação dos dados demonstrou como se efetiva o procedimento de Análise das Demonstrações Contábeis através do Balanço de uma empresa do ramo de supermercados.

Salienta-se que este estudo procurou enfatizar a importância da análise das demonstrações contábeis em todos os seus âmbitos. Para que o estudo se realizasse, tomou-se como exemplo o balanço patrimonial de uma empresa do ramo de supermercados da cidade de Umuarama – Paraná (Anexo I), como base de dados para análise, independentemente da data de seus registros.

Após a coleta dos dados tomados como exemplo, os mesmos foram analisados e demonstrados os seus resultados no corpo do estudo.

### 3. DESENVOLVIMENTO

Como o desenvolvimento deste trabalho objetiva contribuir com os Auditores Fiscais da Receita Estadual e demais usuários da Auditoria, na busca de evidências de sonegação fiscal através das demonstrações contábeis e dos segmentos da empresa que possam influir sobre elas, parte-se de conceitos necessários ao entendimento do problema até a apresentação de dados para análise.

#### 3.1 TRIBUTOS

Inicialmente procura-se entender o que seja Tributo, buscando o seu significado em BUARQUE DE HOLANDA (1975, p.1407) que define-o como sendo: "Riquezas que um Estado paga a outro em sinal de dependência, imposto, contribuição".

Em seguida ressalta-se que o gênero Tributo no Direito Positivo está definido no artigo 3º do Código Tributário Nacional já que a Constituição de 1988 não de 1966 o define, da seguinte maneira:

"Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada".

Ressalta-se que o Modelo do Código Tributário para a América Latina de 1967, no artigo 13, traz um conceito mais incisivo:

“Tributo é a prestação em dinheiro que o estado, no exercício de seu poder de império, exige com o objetivo de obter recursos para o cumprimento de seus fins”.

Para ICHIHARA:

Não deve-se criticar as redundâncias e as falhas existentes no conceito legal, ao contrário deve-se aceitá-lo como ele se apresenta, e extrair seu conteúdo objetivando identificar as características do tributo, que são: apresentação em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir deve ser compulsória ou obrigatória; não deve ser decorrente de sanção de ato ilícito; deve ser instituído ou decorrente de lei; deve ser cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada à vontade legal. (ICHIHARA, 1999, p.73)

O Tributo é gênero cujas espécies são: impostos, taxas, contribuições de melhorias, contribuições parafiscais, contribuições sociais, empréstimos compulsórios e tarifas.

Os modernos estudiosos do Direito Tributário são unânimes em apontar as espécies de Tributos como as acima mencionadas. No entanto a grande confusão, motivo pelo qual alguns autores não reconhecem as espécies mencionadas, deve-se ao fato que a Constituição Brasileira, deixou de indicar um princípio norteador de identidade das espécies de Tributos.

Nesse sentido, vale destacar que os doutrinários pátrios, ou seja, MARTINS (1998, p.109) aceitando o critério adotado pelo Direito Positivo, entende, que “cinco são as espécies tributárias, ou seja, impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais”. AMARO (1997, p.80) entende que “existem quatro espécies tributárias: impostos, taxas (de serviço, de polícia, de utilização de vias públicas e de melhoria), contribuições (sociais, econômicas e corporativas) e empréstimos compulsórios”. Alguns autores adotam a classificação

bipartida de tributos vinculados e não vinculados - subdividindo os vinculados em direta e indiretamente.

Entretanto, a maioria dos doutrinadores pátrios, Paulo de Barros Carvalho, Sacha Calmon Navarro Coelho, Hugo de Brito Machado, Vítório Cassone, Kiyoshi Harada, Celso Ribeiro Bastos, Eduardo Marcial Ferreira Jardim, Wagner Bolera, dentre outros dotam, segundo ICHIHARA (1999, p.74) o critério tripartidário, de "Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria".

É natural que nem todas as espécies de tributos constituam receita dos cofres públicos, sendo que, algumas delas formam as arrecadações de outras pessoas que não as advindas diretamente do Estado tais como: as autarquias, as empresas públicas, empresas de economia mista e outras, ou entidades particulares, a quem o Estado delegou competência de arrecadar, para a sua manutenção, determinados tributos.

As regras para determinação da espécie tributária, se é imposto, taxa ou contribuição de melhoria - estão previstas no art.4º do CTN, que diz:

"A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato guardar da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

- I - a denominação e demais características formais adotadas pela Lei;
- II - a destinação legal do produto de sua arrecadação"

Logo, pode-se destacar que o que é relevante para a determinação da espécie tributária é a materialidade do fato gerador e não a denominação, a característica formal ou a destinação legal do produto da arrecadação.

Assim sendo, é de suma importância a determinação da espécie tributária mormente para identificar uma tributação ilegal e fornecer ao contribuinte instrumentos jurídicos, além da obrigação como sendo tributária, a identificação da



espécie tributária. Não basta, não é suficiente reconhecer o tributo. Deve o intérprete, determinar qual a espécie tributária (natureza específica do tributo, conforme diz o art. 4º do CTN) dado que o sistema jurídico prescreve regimes diferentes, conforme a espécie.

A origem do tributo é muito antiga, e a variação no tempo e no espaço foi relativa a quem cobrou, quem pagou, como pagou e quanto pagou. Os primeiros tributos foram cobrados na antigüidade, quando os vencidos de guerra foram forçados a entregar parte ou totalidade de seus bens aos vencedores. Após essa época, começou a cobrança pelos Chefes de Estado de parte da produção dos súditos, por conta dos tributos. Surgindo, portanto, o embrião do conhecimento de que o tributo é a contribuição dos participantes para a manutenção do Estado.

#### Segundo HUCK:

De modo geral nunca o ato de pagar impostos foi simpático ao contribuinte. No entanto, recorrendo-se a história antiga, a despeito de alguns relatos esporádicos, verifica-se que não é suficientemente detalhada sobre aspectos e costumes tributários dos povos, porém, até onde chegam as informações, e particularmente a partir do que se conhece sobre a experiência de judeus, gregos e de forma mais completa, dos romanos, contata-se uma relação tensa e permanente entre Fisco e Contribuinte, em que os interesses contrastantes geravam uma superestrutura de princípios, normas e limitações que formam o arcabouço do direito tributário contemporâneo. HUCK (1994, p. 2)

As variações ocasionadas pela evolução social, paralelamente, com a aplicação de pensamentos econômicos e políticos, tem proporcionado mutações para a concentração de Imposto.

O tributo, ou o imposto, inicialmente se configurou pela apropriação de bens e dinheiro dos povos vencidos; mais tarde entendeu-se como sendo um “presente” dos contribuintes para com o “príncipe”; em Roma, com as expressões “*domum adjunctorium*”, identificava-se com a noção de assistência, auxílio do povo para com o estado romano e em certa época extraía-se a idéia de sacrifício gravame, suportado

pelos componentes de uma coletividade, em benefício do erário (físico - conjunto de órgãos de administração pública destinado à arrecadação e a fiscalização de tributos, fazenda pública, tesouro).

Intencionalmente ou não, a Constituição Brasileira, preferiu não conceituar o Imposto Fazenda, contudo a sua discriminação, isto é, fixou algumas situações que permitem a arrecadação deste Tributo, ao mesmo tempo que determinou quem é competente para instituí-lo.

O Código Tributário Nacional em seu artigo 16, efetivamente conceitua a matéria da seguinte forma: "Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato guardar uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte".

A União não pode instituir um imposto, além dos já existentes, sem levar em consideração algumas regras, que dadas as suas validades se constituem em verdadeiros princípios para uso da potestade (poder, potência) do Estado.

Segundo PELLISARI (1990, p.74) "os impostos podem ser classificados em diretos e indiretos".

- Diretos: São aqueles em que as pessoas que sofrem ônus, que paga na realidade (contribuinte de fato), é a mesma que recolhe aos cofres públicos (contribuinte de direito). Ou seja, o contribuinte de fato é o contribuinte de direito. São impostos diretos: Imposto de Renda (IR - somente na parte paga através da declaração da Pessoa Física); Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão "Causa Mortis" (ITCMD); Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos" de Bens Móveis (ITBI); e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

- Indiretos: São aqueles em que o contribuinte de fato não é o mesmo que o de direito. Ou seja, quem recolhe o imposto aos cofres públicos não é quem o paga na realidade. Exemplo clássico têm-se no ICMS, em que o consumidor (contribuinte de fato), ao comprar uma mercadoria, paga o imposto ao comerciante (contribuinte de direito), e este fica com o dinheiro até o prazo estipulado, quando então recolhe ao poder público. Portanto, o contribuinte de direito é um mero depositário do imposto. É falsa a idéia de que ele (normalmente as empresas) é quem paga o ICMS. Pelo contrário, cobra do consumidor e recolhe do Estado, sendo na realidade o consumidor quem paga, quem sofre o ônus do imposto.

A grande maioria dos impostos são indiretos. No Brasil, segundo VALÉRIO (1985, p.34) "em termos de volume de recursos, os impostos indiretos representam em torno de 95% da carga tributária". Os impostos existentes após a nova Constituição são: o Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros (IIMP), Imposto sobre Exportação de Produtos Nacionais ou Nacionalizados (IEXP); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza (IR - imposto de renda pessoa jurídica e imposto de renda pessoa física dos profissionais liberais); Imposto sobre Operações Financeiras e Seguros ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF), Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de transportes interestaduais e intermunicipais e de comunicação (ICMS); Adicional de Imposto de Imposto de Renda (AD/IR - na parte devida pelas empresas); Imposto sobre a Venda a Varejo de Combustíveis e Lubrificantes (IVVC) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

### 3.1.1 ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação - ICMS, é o principal gerador de recursos para o orçamento dos Estados brasileiros. É o resultado das modificações do Sistema Tributário que foi adotado pela reforma de 1967.

Na reforma de 1967, o Imposto sobre Vendas e Consignações - IVC, foi substituído pelo Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, de competência federal. Essa reforma representou um grande avanço, porque substituiu um imposto cumulativo, que incidia sobre o faturamento das empresas (IVC), por impostos sobre o valor adicionado (IPI ou ICM).

O ICMS é oriundo do antigo IVC, que incidia sobre a mesma mercadoria com alíquota constante em todo processo econômico, foi diferenciado do IVC por ser um imposto justo e não cumulativo. Por ser um imposto indireto e por estar inserido no preço das mercadorias e serviços, é mais fácil de ser cobrado. O ônus do imposto é transferido ao consumidor, sendo sua arrecadação feita por intermédio das empresas que produzem e ou comercializam bens e serviços.

Desde a sua origem, o ICMS sofre alterações em sua legislação, de acordo com peculiaridades e novas situações que surgem durante a sua aplicação, hoje o ICMS é definido pela Constituição Federal, no seu artigo 155, como sendo o tributo que incide sobre as operações relativas a circulação de mercadorias, realizadas por produtores e comerciantes. Esta tributação está baseada em duas condições essenciais: uma operação que configure etapa de circulação de mercadoria em direção ao consumidor ou usuário final e que a ocorrência tenha sido determinada por produtor industrial, produtor agropecuário ou comerciante.

De acordo com BORGES:

As situações estabelecidas de forma geral, em que poderão incidir o ICMS estão contidas na Lei Complementar (LC) nº 87/96, que são as operações relativas a circulação de mercadorias; operações relativas à aquisição de mercadorias importadas do exterior, ainda que se tratar de bem destinado a consumo ou ativo fixo do estabelecimento; prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal; prestações de serviços de comunicação. BORGES (2000, p.54)

O ICMS se diferencia de outros impostos, pelo alcance das operações de qualquer natureza, que configurem etapas de circulação de mercadorias desde o produtor até chegar ao consumidor ou usuário final, e também por adotar técnicas caracterizadas pela não cumulatividade das incidências.

O ICMS caracteriza-se por ter como fator gerador, as operações relativas a circulação de mercadorias, serviços de comunicações e transportes de natureza não municipal, por produtores industriais, produtores agropecuários ou comerciantes e prestadores de serviços de transportes e comunicação. É um imposto qualificado por relações jurídicas entre os sujeitos econômicos, onde a cadeia crédito-débito é que determina a base de cálculo do imposto, que é recolhido por operação ativa - saída e passiva - entrada, em determinado período de tempo. A apuração dos créditos e débitos faz parte da quantificação do imposto devido.

Os princípios que regem o ICMS referem-se, segundo TIMM (1998) “a não-cumulatividade, a isenção ou não-incidência, a seletividade, as alíquotas, a importação/serviços prestados no exterior, a não incidência e as bases de cálculo com exclusão do IPI”. Nesse sentido têm-se que:

O ICMS, é um imposto não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa a circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.

A isenção ou não-incidência, não implica crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes; e anulará crédito relativo a operações anteriores, exceto na exportação onde há a manutenção do crédito.

Em função da essencialidade das mercadorias e serviços, o ICMS poderá ser seletivo, podendo os Estados e o Distrito Federal adotarem alíquotas diversificadas, classificando bens e serviços como supérfluos, e ou, de primeira necessidade.

VALÉRIO (1985) enfatiza que "as alíquotas são classificadas em três grupos (A, B, C), conforme a essencialidade do produto, sendo que as alíquotas variam de 25%, 12% e 17%". Em se tratando da Indústria Alimentícia, os produtos da "cesta básica" sofrem alíquotas de 7%. A Lei também traz outras disposições que regulam e determinam casos; onde as alíquotas são especificadas com base na política vigente.

Quando há entrada de mercadorias importadas do exterior, salienta-se que há incidência do ICMS, e cabe o imposto ao Estado onde estiver estabelecido o destinatário da mercadoria ou serviço e quando o serviço prestado não compreender na competência tributária do Município, há incidência do ICMS sobre o total da operação. Ressalta-se que não há incidência do ICMS sobre operações que destinem ao exterior produtos; sobre operações que destinem petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica, quando destinados a outro Estado da Federação; sobre o ouro quando a operação estiver sujeita ao IOF e quando o IPI não incorporado à Base de Cálculo do ICMS, quando a operação for realizada entre contribuintes e relativa a produtos destinados à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.

No Sistema Tributário Nacional vigente, para que o montante do IPI possa ser excluído da base de cálculo do ICMS, exigir-se-á que a operação seja realizada entre contribuintes e que relativa a produtos destinados a industrialização e ou comercialização (além de constituir fato gerador de dois impostos). Isso quer dizer que se a operação for realizada com consumidor final, mesmo que esta configure fato gerador dos impostos, o IPI não poderá ser excluído da Base de Cálculo do ICMS.

Previstos nos artigos 145 e seguintes, o novo Sistema Tributário, traz importantes modificações referentes aos impostos de competência dos Estados e Municípios. Com a vigência da nova Constituição, a estrutura constitucional não foi modificada, deixando de vigorar o Sistema Tributário de 1967. Entretanto foram retirados os fundos de participação dos Estados e Municípios e do fundo especial que determina as modificações substanciais na distribuição intergovernamental, dos recursos disponíveis para os três níveis de governo.

O fundo especial passou a ser destinado às regiões Norte e Nordeste e Centro-Oeste para financiar o setor produtivo destas regiões. Os fundos de participação, receberam mais recursos, oriundos dos impostos de renda e sobre produtos industrializados, que de 33% passam para 47%. Os municípios passaram a ter maior percentual repassado da arrecadação do ICMS, de 25%.

O total dos recursos tributários disponíveis e os ganhos na participação dos Estados e Municípios, acontecem em contra partida das perdas por parte da União. Isto é consequência de quatro mudanças estruturais que respondem pela nova configuração distributiva dos recursos entre os três níveis do poder. São elas:

- a) aumento dos percentuais do IR e IPI destinados ao fundo de participação;

- b) aumento das parcelas dos municípios de 20% para 25% do ICMS;
- c) seletividade do ICMS, cujo objetivo principal é realocar a carga tributária entre consumidores de um mesmo estado;
- d) incorporação das incidências de impostos federais no campo de incidência do ICMS.

Os ajustes na distribuição de recursos entre as esferas do governo são necessárias, pois uma das mais importantes funções do estado moderno é promover medidas para reduzir as desigualdades regionais na distribuição de renda. Para isso, são usados instrumentos fiscais que visam proteger ou aumentar o fluxo de recursos para regiões menos desenvolvidas.

O novo Sistema Tributário Nacional traz substanciais modificações na partilha dos impostos entre União, Estados e Municípios. Tratado no artigo 153 da Constituição Federal, que resolve a partilha:

Compete a União instituir impostos sobre:

- a importação;
- a exportação;
- renda e proventos de qualquer natureza;
- produtos industrializados;
- operações de crédito (operações), câmbio e seguro relativo a Títulos de Valores Imobiliários (IOF);
- grandes fortunas;
- propriedades territorial rural.



Foram suprimidos da competência da União, os impostos sobre serviço de comunicação, sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, energia elétrica, minerais e transportes.

Compete aos Estados e Distrito Federal, instituir impostos sobre:

- transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bem ou direito;
- operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviço de transportes interestadual e intermunicipal, de comunicação e energia elétrica;
- propriedades de veículos automotores.

Compete aos Municípios, instituir imposto sobre:

- propriedade predial territorial urbana;
- transmissão de bens intervivos;
- serviço de qualquer natureza;

O novo Sistema Tributário Nacional, passou aos Estados e Distrito Federal a competência de tributação sobre a circulação de mercadorias e serviços, que teve suas bases ampliadas com a inclusão da tributação sobre as seguintes atividades:

- serviços de comunicação;
- venda de combustíveis e lubrificantes;
- energia elétrica;
- minerais e transportes.

O direito de tributar estas atividades foram suprimidos da União, embora quando estavam sob seu julgo, a receita era partilhada com os Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Constituição Federal previu e os Estados adotaram a cobrança da diferença entre a alíquota interna e a interestadual nas operações com ativo fixo e consumo com destino a contribuintes, bem como a modificação nas alíquotas internas de acordo com a essencialidade dos produtos e serviços. No Estado do Paraná, a cobrança do diferencial de alíquota, em operações com bens destinados a ativo fixo e materiais para uso e consumo, foi revogada a partir do ano de 1995.

De acordo com a Nova Constituição, definiu-se uma nova partilha dos tributos entre a União, Estados e Municípios. Em especial, foram alteradas as cotas de participação dos estados na receita de impostos sobre a renda de qualquer natureza e produtos industrializados, que passaram a ser com a nova Constituição de 21,5%. Além disso os Estados foram de certo modo ressarcidos das perdas do ICMS, com a isenção das exportações, através de fundo de compensação, composto de 10% da receita do IPI.

### 3.1.2 Sonegação

DÓRIA, referindo-se a sonegação, ressalta que:

É um fenômeno social e coexiste com o tributo, sendo irrelevante o grau cultural, nível econômico, índice de respeito às normas jurídicas pelo povo, seu esclarecimento cívico, seu nível de consciência ou de participação política, pois, no seio de qualquer grupo social organizado e sujeito ao pagamento de impostos, estará presente, em maior ou menor escala, a sonegação de impostos. DÓRIA (1987, p.32)

Conhecida e estudada desde o início do século XX, a sonegação converte-se em fenômeno destacado no universo tributário a partir da década de 70. Concomitantemente com o melhor e mais eficiente aparelhamento das máquinas fiscais dos Estados, surge a tentação do contribuinte em utilizar-se de instrumentos contratuais atípicos, seja para aproveitar as lacunas do ordenamento tributário, seja

para fugir à aplicação da norma, com o objetivo de evitar uma carga tributária mais onerosa.

Para FLORENTINO (1997, p.96) a sonegação fiscal, como obra da criatividade e engenho dos planejadores tributários, "aspira a uma condição de legalidade. Um planejamento tributário pode ser legal em determinado país e ilegal em outro. Certas legislações consideram como fraude a simples frustração do objetivo da lei tributária, ainda que o agente se tenha utilizado de formas legais em seu ato ou negócio".

Desde o momento em que a contribuição feita ao soberano deixou de ser uma doação ou um voluntário presente, transformando-se em exigência do poder e obrigação do súdito, um conflito surdo e constante nasceu, deixando cicatrizes nas civilizações que se foram sucedendo. O homem, "animal" econômico produtor e acumulador de riquezas, transformando-se em contribuinte, de imediato começou a elaborar formas para escapar ou reduzir o impacto do tributo sobre seu patrimônio.

Os primeiros tributos foram cobrados na antigüidade, quando os vencidos de guerra foram forçados a entregar parte ou totalidade de seus bens aos vencedores. Após essa época, começou a cobrança pelos Chefes de Estado de parte da produção dos súditos, por conta dos tributos. Surgindo, portanto, o embrião do conhecimento de que o tributo é a contribuição dos participantes para a manutenção do Estado.

Entre as causas para a impunidade de fato dos crimes contra a ordem tributária, e, em especial, o de sonegação fiscal, pode-se citar: o forte poder econômico e social dos autores; a cumplicidade das autoridades; a complexidade das leis que regulam estes fatos, as quais podem ser manipuladas por hábeis

assessores legais e contábeis; o despreparo dos órgãos encarregados da persecução penal, na apuração de tais crimes; o despreparo de nossos tribunais para o julgamento dos crimes tributários; a falta de uma atuação conjunta entre os diversos órgãos do Estado, voltada para apuração e punição das condutas típicas e ilícitas que atentem contra a ordem tributária; a complexidade dos meios utilizados para a perpetração dos crimes contra a ordem tributária; uma certa inadequação da legislação processual e material, para apuração e punição dos crimes tributários; o público percebe mal o caráter delituoso desses fatos e a organização dos autores desses crimes.

### 3.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para ATTIE:

As demonstrações contábeis ou financeiras representam o meio pelo qual as informações acumuladas e processadas pela contabilidade são comunicadas a seus usuários, bem como uma prestação de contas da administração a seus acionistas e a terceiros. São a união de todos os fatos registrados através da escrituração em relatórios expositivos, tendo em vista, que o simples registro dos fatos dados seu volume e heterogeneidade, não são suficientes para o fim informativo da Contabilidade. ATTIE (1995, P.19)

Como as principais demonstrações contábeis são exposições sintéticas dos componentes patrimoniais e de suas variações, a elas recorre-se quando deseja-se conhecer os diferentes aspectos da situação patrimonial e de suas variações. Sendo demonstrações sintéticas, não oferecem informações detalhadas sobre o estado patrimonial e sobre suas variações. Daí a necessidade de aplicação da técnica contábil denominada análise das Demonstrações Contábeis, também conhecida por análise de balanços ou análise financeira.

Analisar Demonstrações Contábeis, significa separar as partes que as formam. No entanto, não basta analisar, é preciso saber interpretá-las e compará-las para, somente assim, facilitar a tomada de decisões. É uma tarefa complexa, baseada em métodos específicos.

Segundo SAVYTZKY (1987, p.29), “a análise consiste no exame isolado das contas, na comparação de grupos de contas entre si ou em relação ao todo. Essas comparações podem ser feitas por números absolutos, números-índices, percentagens e quocientes”.

É necessário levar-se em conta a estática patrimonial, que é demonstrada no Balanço da empresa, representada pelos bens, direitos e obrigações e também a dinâmica patrimonial, que é demonstrada principalmente pela Demonstração do Resultado do Exercício, indicando as variações positivas e negativas do patrimônio.

IUDÍCIBUS (1988, p.24) conceitua Análise das Demonstrações Contábeis como “a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que se tiver em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso”.

As Demonstrações Contábeis fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto mais informações produzir. Portanto, seu objetivo principal é obter o máximo de informações para a tomada de decisões.

A importância da Análise está na própria identificação de aspectos científicos da contabilidade. Como não há outra maneira de se achar as causas das variações que ocorrem no patrimônio, a análise constitui uma das formas de identificar os aspectos científicos, pela relação de causas e efeitos.

A exatidão dos princípios contábeis depende do emprego do método de análise e síntese, as quais se completam. Uma não tem eficiência sem a outra. Ao se decompor um todo para conhecer suas partes, temos necessidade de reunir as partes para compará-las entre si e conhecer suas relações recíprocas. Sem análise, todo conhecimento é superficial; sem a síntese é incompleto e não oferece a idéia de conjunto.

ASSAF NETO afirma que:

A maneira com que os indicadores de análise são utilizados é particular de quem faz a análise, sobressaindo-se, além do conhecimento técnico, a experiência e a própria intuição do analista. Dois analistas podem chegar a conclusões bem diferentes sobre uma empresa, mesmo tendo eles trabalhado com as mesmas informações e utilizado iguais técnicas de análise. As conclusões de diferentes analistas, por outro lado, poderão estar bem próximas. No entanto, dificilmente apresentarão conclusões exatamente iguais. ASSAF NETO (1998, p.48)

### 3.3 REGISTROS PASSÍVEIS DE ANÁLISE

Diversos são os registros passíveis de análise. Dentre eles, destacam-se:

#### 3.3.1 Fornecedores

Por definição, esta conta deve refletir o montante devido pelo contribuinte aos seus “fornecedores”, seja de mercadorias ou de matéria-prima adquiridas a prazo. Um saldo desproporcional pode indicar um “Passivo Fictício” (irreal), ou seja, um débito junto ao fornecedor que jamais é pago ou é sucessivamente postergado. Como o pagamento de qualquer obrigação implica em disponibilidade de recurso para tanto, não é incomum “postergar contabilmente” a quitação de uma determinada duplicata como forma de desonerar o caixa e manter seu saldo positivo.

A existência de obrigações pagas e não baixadas do saldo, pode suscitar a existência de “Receitas tributáveis não contabilizadas” e, portanto, efetivada sem o recolhimento do ICMS devido.

Ao se examinar o Livro Razão, em linhas gerais, todos os “Débitos” na conta de fornecedores indicam o pagamento de duplicatas e todos os “créditos”, novas compras de mercadorias.

Neste raciocínio, principalmente em época de estabilidade econômica, deve existir uma certa coerência entre pagamentos efetuados e a realização de novas compras, pois não é prática comercial a concessão de créditos sem que o comprador esteja em dia com suas responsabilidades.

Portanto esta suposta inadimplência pode se caracterizar como manipulação contábil da conta. Logicamente, dependendo do porte da empresa, seria prudente a seleção dos maiores saldos para análise.

- Do exame das notas fiscais à prazo:

Observar se foi emitido uma “fatura” onde conste o número das duplicatas e os prazos de pagamentos das mercadorias.

Verificar se efetivamente é uma compra a prazo ou se a nota foi paga à vista sendo contabilizada na conta fornecedores como forma de postergar a saída de numerário do Caixa. (Nestes casos, não existirá nenhum documento de quitação das compras, pois será realizada mediante ajuste contábil).

Especial atenção às notas fiscais que trazem consignada a expressão “C/ Apresentação”, que na prática torna a data de vencimento imprecisa e portanto facilmente postergada.

- Das Duplicatas Pagas:

Primeiramente, observar a forma de quitação das duplicatas, se através de “Boleto Bancário” ou recibo no próprio documento.

No primeiro caso, deverá ser apresentado a via que conste a autenticação mecânica do documento e não apenas o “Aviso Bancário” geralmente constante no arquivo.

No segundo caso, deve-se observar no corpo do documento, se existe algum carimbo identificando o recebedor e a data do efetivo pagamento da dívida (Em muitos casos a quitação é dada mediante recibo no verso da duplicata, porém sem a consignação da data, provavelmente para fins de ajuste posterior).

Nas compras mais representativas, o prazo para pagamento também tende a ser maior, observar nestes casos se existe coerência entre a ordem de pagamento das duplicatas e as datas de vencimento (duplicata numero 01 sendo “quitada” manualmente em data posterior a de número 03).

Nos casos de pagamentos de duplicatas em data posterior ao vencimento, observar se houve cobrança de multa ou de Juros de Mora, que obviamente devem estar em contas específicas.

Após o exame destes documentos, resta o confronto com os lançamentos contábeis, visando uma possível recomposição da conta FORNECEDORES/CAIXA, para fins de apuração do montante sonegado.

### 3.3.2 Conta Caixa

Por força da legislação do Imposto de Renda, as pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Real, estão obrigadas a adoção dos seguintes livros contábeis e



auxiliares: Livro Diário; Livro Razão; Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur); Razão Auxiliar em UFIR.

Neste caso, a conta "Caixa" estará perfeitamente demonstrada no Livro Diário e detalhada no Livro Razão do contribuinte.

- Análise da conta Caixa:

Saldo da conta caixa, expressa a disponibilidade imediata da empresa em determinado período representando o montante de numerário em espécie em poder do estabelecimento.

A princípio, o saldo contábil deverá ser sempre "devedor" indicando disponibilidade para fazer frente as despesas normais do estabelecimento.

Observa-se que o Saldo "Credor" do caixa é um forte indício de omissão de receita que deverá ser comprovado através de uma análise mais apurada .

Saldo "negativo" de caixa do ponto de vista fiscal e afastando-se a hipótese de erro técnico de escrituração, pode indicar:

- a) Pagamento de obrigações com receitas advindas de vendas não escrituradas.
- b) Suprimento de Caixa motivado por empréstimo Bancário não escriturado.  
(Ex.: Linha Especial de Crédito, Super-cheque, etc).
- c) Suprimento de Caixa motivado por Empréstimo Particular, mesmo que de sócio, diretor ou administrador ligado à pessoa Jurídica.

O Item I do Artigo 51 da lei 11.580/96, autoriza o fisco a tributar qualquer tipo de suprimento de Caixa sem comprovação da origem do numerário, quer esteja escriturado ou não;

Nos casos de empresas que não mantém escrituração contábil nos termos da legislação comercial, (lucro presumido, simples federal) a escrituração do livro caixa é obrigatório nos termos da legislação do Imposto de Renda.

Diante de tal quadro, na falta da escrituração contábil da empresa, “no mínimo” deverá ser apresentado para exame, o “Livro Caixa”, sob pena de arbitramento.

Analisando-se tal livro juntamente com os documentos que serviram de base para os lançamentos uma vez que reflete basicamente os recebimentos e pagamentos efetuados, deve-se observar o seguinte:

- Formalidades intrínsecas:

Toda a movimentação financeira da pessoa jurídica, inclusive bancária, devendo constar de sua escrituração:

- a) Pagamentos efetuados com cheques.
- b) Recebimentos por meio de cheques.
- c) Aplicações Financeiras (FAF, CDB, RDB)
- d) Débitos em conta corrente
- e) Cobrança bancária de duplicatas.
- f) Desconto bancário de duplicatas.

Se os recebimentos registrados são compatíveis com os valores constantes no Registro de Saídas de Mercadorias.

Se existe suprimento de caixa sem comprovação da origem do numerário escriturado. A existência, bem como bens do ativo permanente sem menção da respectiva nota fiscal de aquisição.

- Formalidades extrínsecas

Ressalte-se ainda, que apesar de conter os termos de Abertura e encerramento devidamente assinado pelo contabilista responsável e pelo representante legal da pessoa Jurídica, não há obrigatoriedade de registro em qualquer órgão ou repartição.

### 3.3.3 Contas Correntes Passivas

Na forma do artigo 180 da lei 6.404/76, as obrigações devem ser divididas em passivo circulante, se a obrigação vencer no exercício seguinte e passivo exigível a longo prazo se o vencimento for maior que este.

Este critério pode ser alterado quando o ciclo operacional da empresa é superior a um exercício social.

- Contas mais comuns:

- a) Fornecedores
- b) Títulos a pagar
- c) Debêntures a pagar
- d) Salários e encargos sociais a pagar
- e) Obrigações Fiscais
- f) Adiantamento a clientes
- g) Empréstimos e financiamentos bancários
- h) Empréstimos de empresas ligadas
- i) Provisão para férias
- j) Provisão para o 13º Salário
- k) Provisão para o Imposto de Renda
- l) Provisão para a Contribuição Social

#### m) Participações no Resultado

De forma sucinta, comenta-se sobre o que deve representar o saldo desta conta e seu respectivo saldo contábil.

##### - Fornecedores

Esta conta tem por função registrar as notas fiscais ou faturas provenientes das compras a prazo de mercadorias, matérias-primas e outros materiais ou serviços. O saldo deverá ser Credor.

##### - Títulos a pagar

Registram-se nesta conta as obrigações contraídas pela empresa a título de empréstimos ou financiamentos, através de pessoas físicas ou jurídicas, que não sejam instituições financeiras. Um crédito nesta conta significa recebimento de empréstimo, um débito o pagamento da obrigação.

##### - Debêntures a pagar

Debêntures são títulos privativos de S/A representativos de dívidas destas para com terceiros e que podem conferir a seu titular direito de participação nos resultados, juros e correção monetária calculados sobre o valor de face dos títulos e ainda a possibilidade de conversão em ações.

##### - Salários e Encargos sociais a pagar

Os salários, assim como os encargos sociais incorridos em um mês e pagos em outro, devem ser provisionados (em atendimento ao princípio da competência dos exercícios), baseando-se na folha de pagamento do mês. O saldo deverá ser credor indicando uma obrigação a pagar:

##### a) INSS – a recolher

##### b) Décimo Terceiro Salário a Pagar

- c) Férias a pagar
- d) FGTS a recolher
- e) Honorários da Diretoria a Pagar
- f) Salários a pagar
- g) Obrigações Fiscais

Classificam-se neste grupo o pagamento de impostos devidos pela empresa e na prática os de vencimentos imediatos, tais como o ICMS, IPI, Imposto de Renda (não confundir com a Provisão).

Portanto, são impostos geralmente com fatos gerados nos meses anteriores, com vencimento nos meses subsequentes.

- Adiantamentos de clientes

Esta conta tem como finalidade registrar todos os adiantamentos recebidos de clientes, para posterior entrega do bem ou serviço conforme determinar o contrato firmado entre as partes.

Os créditos correspondem aos adiantamentos recebidos e os débitos, quando da emissão da duplicata quitada ou devolução ao cliente.

- Empréstimos e Financiamentos Bancários

Estas contas registram as obrigações da empresa com as Instituições Financeiras, seja pelo Financiamento de aquisição de ativo fixo ou capital de giro.

O saldo deverá ser credor, representando uma dívida existente, sendo os pagamentos representados por débitos.

Dependendo do prazo de pagamento do empréstimo, esta conta poderá ser registrada no passivo circulante ou no exigível a longo prazo.

- Empréstimos de Empresas Ligadas

Esta conta deve ser classificada obrigatoriamente no exigível a longo prazo, independentemente do prazo de vencimento das obrigações dela constantes. Inclui Créditos de Coligadas, Controladas, Controladoras e empresas interligadas ou associadas a qualquer título.

- Provisão para Férias

Em atendimento ao princípio da competência, as férias transcorridas e não gozadas devem ser provisionadas contabilmente.

Na prática, a provisão é feita através de aplicação de um percentual sobre a folha de pagamento mensal. Porém na data de Balanço, há que se constituir a provisão para evitar distorções na apuração do resultado do exercício. O saldo credor indica provisão feita, o débito indica o pagamento das férias.

- Provisão para o 13º Salário

Deve atender o mesmo princípio acima, porém se o pagamento do 13º salário for efetuado nas datas corretas o saldo desta conta no encerramento do exercício deverá ser zero devido ao pagamento da obrigação no mês de Dezembro.

- Provisão para o Imposto de Renda

A Base de cálculo da Provisão para o IR é o lucro real, qual seja, o lucro Líquido apurado mensalmente ou trimestralmente, ajustado por Adições, Exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela Legislação do Imposto de Renda, na forma da escrituração do LALUR – Livro de Apuração Do Lucro Real.

- Provisão Para a Contribuição Social (CS)

A contribuição social foi instituída pela lei 7.689/88, tendo como base de cálculo o valor positivo do resultado líquido ajustado antes do Imposto de Renda.

- Participações no Resultado

O saldo desta conta representa a obrigação da empresa com pessoas que, em decorrência do contrato ou estatuto social da Pessoa Jurídica, tem direito a participar dos lucros apurados quando do encerramento do Exercício Social. As participações mais comuns são:

- a) Debenturistas
- b) Empregados
- c) Administradores
- d) Partes beneficiárias em contratos
- e) Fundos de Previdência e Assistência de Empregados

Como em linhas gerais, tais contas são estranhas ao fato gerador do ICMS, não se tece maiores comentários.

Com base na interpretação da legislação comercial, pode-se afirmar que somente integram as receitas não operacionais, os valores auferidos em operações que não sejam o objeto principal da entidade, revestindo-se portanto de uma receita de caráter esporádica e eventual.

A lei das S.A, na verdade, não fornece detalhes do conteúdo da nomenclatura "Resultados Não-operacionais". Somente menciona no seu artigo 187, que após o resultado operacional devem aparecer as "Receitas e Despesas não-operacionais". Importante na análise destas receitas não operacionais, é estabelecer a real origem destes valores. Muitas vezes, receitas tributadas pelo ICMS são lançadas nestas contas como forma de esconder valores à tributação.

Portanto, o mais prático a se realizar nestes casos é solicitar os documentos de origem do lançamento, efetuar uma análise prévia para identificação de uma possível receita tributável.

As contas mais comuns classificadas nos “Resultados Não-operacionais” são:

- a) Ganhos ou perdas de Capital;
- b) Contrapartida da provisão para perdas prováveis na realização de investimentos;
- c) Valor da Reserva de Reavaliação realizada;
- d) Subvenções para investimentos;
- e) Doações recebidas;
- f) Valores recebidos a título de Ágio na emissão de Ações;
- g) Prêmio recebido na emissão de debêntures;
- h) Valor da alienação das partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- i) Ganhos ou perdas de Capital na alienação no Imobilizado.

A legislação do Imposto de Renda define “Ganhos e Perdas de Capital” como sendo os resultados econômicos oriundos da realização do Ativo Permanente por:

- a) Alienação;
- b) Desapropriação;
- c) Baixa por perecimento;
- d) Extinção;
- e) Desgaste;
- f) Obsolescência ou exaustão;
- g) Liquidação da empresa.

Nesta conta devem ser registrados os resultados líquidos na baixa (perecimento, obsolescência, etc.) ou na venda de bens do Ativo Imobilizado, tais como: Imóveis, equipamentos, veículos, etc.



Com relação à legislação do ICMS, deve-se observar principalmente os casos de Venda do Ativo Imobilizado onde deve-se:

- a) Verificar se houve emissão da respectiva nota fiscal de Saída.
- b) Se houve tributação ou não e nos casos de Redução da Base de cálculo, se o valor reduzido e alíquota aplicada estão corretos.
- c) Se possível, através do exame da nota fiscal de aquisição, identificar a data de ingresso do bem no estabelecimento e se efetivamente estava registrada no ativo imobilizado da empresa.

Também com base no documento de aquisição, observar a utilização ou não do Crédito do Imposto por ocasião da entrada.

Se bem desincorporado do Ativo como menos de 01 ano de uso e nos casos de apropriação integral do Crédito do Imposto pela entrada, observar se foi realizado o estorno de crédito proporcional.

- Exame de despesas

Para que se possa atender objetivamente esta tarefa visando detectar de forma simples e rápida alguns indícios de despesas efetivamente pagas e não contabilizadas, deve-se observar primeiramente o grupo de "Demonstração do Resultado do Exercício" (DRE), obrigatório no Balanço Patrimonial da empresa, (lei 6.404/76, artigo 187).

As contas que compõe esta demonstração são periódicas. Portanto, a cada exercício social os saldos são encerrados e expressam a somatória dos meses daquele exercício, geralmente de Janeiro a Dezembro de cada ano.

Neste grupo estão classificadas todas as despesas pagas pela empresa durante o ano, que serão deduzidas do faturamento juntamente com outras contas de resultado, de forma a se apurar o Resultado Líquido do Período.

Algumas despesas são comuns e necessárias a manutenção de sua atividade comercial, revestindo-se de características obrigatórias e periódicas.

Portanto, através de uma pequena observação no Balanço patrimonial, pode-se analisar e identificar possíveis omissões e incorreções.

### 3.3.4 Exemplos mais comuns na Demonstração de Resultado

- Despesas Trabalhistas e Encargos Sociais:

- a) Salários e Ordenados
- b) Férias concedidas
- c) Adicional de Férias
- d) Aviso-Prévio indenizado
- e) 13º Salário
- f) Rescisões de contratos
- g) INSS – Previdência Social
- h) FGTS

As contas consignadas neste item, agrupam as verbas mensais efetivamente pagas aos empregados durante o exercício, refletindo seu saldo o dispêndio da empresa na condição de empregador.

Numa empresa que possua empregados, tais contas devem obrigatoriamente constar na DRE .

- Despesas administrativas:

- a) Água e Esgoto
- b) Energia Elétrica
- c) Telefone
- d) Aluguel
- e) Honorários Contábeis
- f) Pró-Labore

As contas deste grupo também revestem-se de características mensais e sucessivas, sendo a maioria delas de caráter obrigatório para a manutenção do empreendimento.

Portanto, a omissão ou incorreção do saldo da conta na DRE, indica o efetivo pagamento da despesa sem o correspondente lançamento contábil.

- Despesas Gerais:

- a) Correios e Valores
- b) Despesas com Viagens
- c) Fretes e Carretos
- d) Material de Escritório
- e) Material de Limpeza
- f) Seguros
- g) Serviços de Terceiros
- h) Sindicatos
- i) Impressos e Material de Consumo
- j) Juros / Multas pagas
- k) Despesas com veículos
- l) Serviços de Terceiros

- m) Bens de Pequeno Valor
- n) Jornais, Revistas, Periódicos
- o) Brindes
- p) Contribuições e Donativos
- q) Segurança e Vigilância

As despesas acima apesar de comuns no cotidiano empresarial, já não possuem a habitualidade, característica das contas de manutenção citadas anteriormente.

Consequentemente, a análise deverá ser realizada de forma individualizada, buscando sempre a identificação de omissões em pagamentos realizados e não contabilizados.

- Despesas Financeiras:

- a) Juros Pagos
- b) Descontos concedidos
- c) Despesas Bancárias
- d) Despesas Financeiras
- e) IOF

- Despesas Tributárias:

- a) Impostos e Taxas Federais
- b) Impostos e Taxas Estaduais
- c) Impostos e Taxas Municipais
- d) Impostos e Taxas diversas

### 3.3.5 Exigibilidade no Balanço

#### - Fornecedores

Seguindo o mesmo raciocínio, os saldos constantes em determinada conta no passivo exigível, deve representar montante ainda não quitado junto ao credor .

Desta forma, o saldo da conta “Fornecedores” representa a dívida junto aos parceiros comerciais do estabelecimento e deverá ser coerente com o montante das compras a prazo realizadas, bem como com os prazos concedidos para pagamento.

#### - Obrigações Trabalhistas, Encargos Sociais e Tributários

O saldo constante neste itens devem refletir a dívida com os empregados, encargos sobre a folha de pagamento e demais tributos devidos pelo estabelecimento.

Como os vencimentos destas contas geralmente ocorrem em períodos mensais (em média), o saldo constante no Passivo deve ser de pequena monta, indicando valores devidos com base no último mês do Exercício.

Qualquer saldo representativo, indica ou um atraso no pagamento das obrigações, ou um saldo em aberto efetivamente pago e não lançado contabilmente.

#### - Empréstimos de Instituições Financeiras ou de Particulares

Tal conta mostra o total devido junto à instituições financeiras ou mesmo Particular, e deve indicar os recursos de terceiros ingressos no estabelecimento.

O valor constante no Balanço, indica o saldo remanescente ainda a ser pago, devendo ser coerente com o valores e prazos convencionados em contrato. Da mesma forma acima, um saldo desproporcional pode indicar um valor efetivamente pago e não contabilizado.

Observar também na “Demonstração de Resultado do Exercício” (DRE) se existe alguma conta onde conste as contas de juros sobre Empréstimos Bancários, Multas e Penalidades ou Atualização monetária sobre os empréstimos. Não há lógica contábil a captação de recursos de terceiros sem a devida remuneração do capital emprestado.

Observar principalmente os empréstimos realizados junto a pessoas físicas, (geralmente de sócios da própria empresa) verificar a legalidade da operação, o montante, o efetivo pagamento das parcelas e o exame dos documentos contábeis utilizados para contabilização.

- Bens do ativo imobilizado:

O artigo 51 da lei 11.580 /96, determina que a falta de registro de notas fiscais de bens adquiridos para consumo ou para Ativo Fixo, determinará a ocorrência da operação ou prestação tributável e portanto a incidência do ICMS. Partindo de tal princípio, a visita fiscal ao estabelecimento, bem como o exame das contas que registram os bens que compõe o Ativo Imobilizado da empresa é fundamental.

Nas empresas de médio e grande porte, usualmente o controle dos bens do Ativo Imobilizado é feito mediante a afixação de plaquetas de identificação, às quais são atribuídos números que obedecem, tão-somente, à ordem cronológica de aquisição, grupos e espécies de Bens, bem como o local que são utilizados no estabelecimento. Após isso é elaborada uma “Ficha de controle físico do Ativo Imobilizado”.

Utilizado simultaneamente para fins gerenciais bem como para registro contábil do bem, uma vez que por determinação da legislação do Imposto de Renda

seu custo de aquisição deverá ser corrigido monetariamente e depreciado durante sua vida útil.

Desde 01/11/96 em face das disposições da Lei complementar 87 de 13/09/96, passou a ser assegurado às pessoas Jurídicas contribuintes do ICMS o direito de creditar-se do ICMS de produtos destinados ao Ativo Permanente.

Contribuinte somente deverá estornar o crédito, se o bem for alienado antes de decorrido o prazo de 05 anos contados da aquisição.

Portanto, para que possa-se constatar tal condição, os procedimentos acima são fundamentais. Aspectos fiscais a serem considerados na análise:

A partir de 01/11/96 com a entrada em vigor da Lei complementar 87/96, refletida na legislação Estadual através da lei 11.580/96, os contribuintes do ICMS passaram a ter direito ao crédito do Imposto quando da aquisição de bem do Ativo imobilizado.

Anteriormente a edição de tal diploma, não havia previsão legal em nossa legislação (salvo leis de incentivos fiscais) para que o contribuinte efetuasse tal crédito.

Portanto, a análise deste item implica em aspectos fiscais e contábeis tais como:

- Comprovação da existência física do bem

Se o registro fiscal foi efetivado sem o crédito do Imposto, no caso de aquisição anterior a 01/11/96. Caso contrário, se foi amparado por lei de incentivo fiscal e efetuado na forma e no prazo estabelecido pela legislação. No casos de Baixa de determinado item do imobilizado, verificar se foram baixados por obsolescência, troca, venda, etc.

Em caso de venda, se foi emitida a respectiva documentação fiscal para acobertar a operação.

### 3.3.6 Evolução das Imobilizações

Conforme legislação comercial e fiscal em vigor, o imobilizado é um subgrupo do ativo permanente, juntamente com os investimentos e o ativo diferido.

Segundo a lei 6.404/76 (Sociedades Anônimas) classificam-se no ativo imobilizado as contas representativas dos seguintes elementos patrimoniais:

- a) Direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das Atividades da Companhia e da Empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial.
- b) A legislação do imposto de Renda, somente autoriza a classificação de bens de origem permanente como custo ou despesa operacional quando:
- c) valor da aquisição dos elementos patrimoniais de vida útil ou prazo de exercício inferior a um (01) ano.
- d) valor de aquisição não supere um limite fixado na legislação tributária (394,13 UFIR), mesmo que o prazo de vida útil seja superior a um ano.
- e) (Princípio da Materialidade)

O Imobilizado é classificado em :

- a) Tangíveis: São os que tem um corpo físico, como móveis, máquinas, veículos, benfeitorias em propriedades arrendadas, direitos sobre recursos naturais etc.



b) Intangíveis: São aqueles cujo valor patrimonial não reside em qualquer propriedade física, mas nos direitos de propriedade imaterial que são conferidos a seus possuidores, como patentes, direitos autorais, marcas, etc.

- Classificação Contábil

Os bens do Ativo Imobilizado devem ser agrupados em contas distintas, segundo sua natureza e as taxas anuais de depreciação ou amortização a eles aplicáveis; os imóveis, os recursos minerais e florestais e as propriedades materiais deverão ser registrados em subcontas separadas.

Os registros contábeis devem permitir a identificação do bem, determinando o ano de aquisição, o valor original, e os posteriores acréscimos ao custo, reavaliações e as baixas a eles referentes na forma da legislação do Imposto de Renda.

Muitas vezes a empresa possui o imobilizado já constituído por bens e direitos que se encontram em utilização normal de conformidade com o objeto social da empresa, porém também pode possuir uma parte do imobilizado que ainda não se encontra em operação, representada por contas do tipo :

- a) Construções em andamento;
- b) Importações em Andamento;
- c) Adiantamentos a Fornecedores de Inversões Fixas.

Os adiantamentos efetuados para constituição do imobilizado e alocados nas contas acima, podem estar classificados no ativo circulante ou realizável a longo prazo conforme o caso e critério contábil da pessoa Jurídica.

Tal observação se faz necessária, tendo em vista a determinação da tarefa de "Analisar a evolução das imobilizações" da empresa. Outro fator a ser considerado

nesta análise é a vinculação que as contas do Imobilizado possuem com as contas de Encargos de depreciação, amortização e exaustão.

Na verdade, tais contas tem um reflexo imediato em circunstâncias que envolvam o Imposto de Renda, uma vez que modificam o resultado do exercício e portanto, alteram o imposto de Renda a pagar .

Porém, como estão vinculadas diretamente com o Ativo Imobilizado, também nos permite verificar a origem dos bens, a forma de ingresso no patrimônio da empresa, sua finalidade e tempo de vida útil, quer no processo produtivo ou em outros setores administrativos considerando-se a preponderância industrial do estabelecimento.

#### - Depreciação

Conceitualmente, pode-se afirmar que a depreciação funciona como uma conta redutora do ativo imobilizado e corresponde à diminuição do valor dos bens classificados nesse subgrupo em decorrência do desgaste pela sua utilização nas atividades próprias, ação da natureza ou obsolescência normal.

Na prática, a maioria das empresas adotam as taxas anuais de depreciação reconhecidas pela Secretaria da Receita Federal e pela Jurisprudência administrativa em vigor.

Como o assunto é mais adequado à legislação Federal, não se tece maiores comentários sobre os métodos de Depreciação, amortização ou exaustão existentes.

Salienta-se os valores lançados nestas contas, advém de cálculos realizados a partir de bens registrados no ativo permanente da empresa.

#### - Análise do Aumento de Capital no Exercício

A princípio, o aumento de Capital pode decorrer de novos investimentos realizados pelos sócios, ou mesmo da utilização das Reservas existentes no patrimônio Líquido.

A lei 6.404/76 classifica como integrantes do Patrimônio Líquido as seguintes contas ou grupos de contas:

- a) Capital Social
- b) Reservas
- c) Reservas de Capital
- d) Reservas de Reavaliação
- e) Reservas de Lucros
- f) Lucros ou prejuízos acumulados

- Capital Social:

Por definição, representa o investimento efetuado na empresa por seus sócios, acionistas ou titular de empresa Individual.

Quando uma sociedade ou empresa individual é constituída, os sócios, acionistas ou titular assumem um compromisso de entregarem uma soma em dinheiro ou bens para formar o Capital inicial da Sociedade, equivalente ao montante de recursos que essa necessitará para dar início a suas atividades sociais. No momento em que esse compromisso é formalizado, dá-se a subscrição do Capital.

Obviamente, estes recursos serão transferidos do patrimônio dos sócios, acionistas ou titular (Pessoas Físicas) para o patrimônio da Empresa (Pessoa Jurídica). Assim, a parcela que é transferida para o patrimônio da empresa, no ato da subscrição do Capital, denomina-se capital integralizado ou realizado e a parcela cuja transferência de titularidade se fará no Futuro, em função do compromisso

formalizado de destiná-lo ao patrimônio da empresa, denomina-se capital a integralizar ou a realizar. Tal procedimento visa dar cumprimento ao artigo 182 da lei 6.404/76.

- Reserva de Capital:

Os valores consignados nesta conta não são oriundas da atividade operacional da empresa e demonstram um aumento do Patrimônio Líquido.

Esse aumento é constituído por contribuições ao capital da empresa, recebidas de Sócios ou acionistas e, ainda, de terceiros cuja capitalização não se formalizou juridicamente. O saldo disponível nesta conta pode ser utilizado para aumento de capital. São consideradas reserva de Capital:

- a) Ágio na emissão de ações/quotas
- b) Prêmio na emissão de debêntures.
- c) Doações e Subvenções para investimentos
- d) Alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição
- e) Correção Monetária do Capital

- Reservas de Reavaliação:

A possibilidade Jurídica de se avaliarem os Ativos de uma entidade, por seu valor de mercado, surgiu com o advento da lei 6.404/76 (S/A), que denominou este instituto de Reavaliação. Não pode ser confundido com a Correção Monetária, que é tão somente a atualização monetária do custo de Aquisição, tendo como parâmetro um índice de preços que mede a desvalorização do poder aquisitivo da moeda e não o valor de mercado de um bem.

A reavaliação segue um rito próprio e formal, através de laudo de avaliação preparado por empresa especializada ou por três peritos pessoas físicas. O laudo

deverá indicar os critérios de avaliação e os elementos de comparação adotados e necessita ser instruído com documentos relativos ao bem reavaliado.

- Reservas de Lucros:

O saldo disponível nesta conta, também poderá ser utilizado para aumento de Capital, estando dividida principalmente em:

- a) Reserva legal
- b) Reserva para contingência
- c) Reserva de Lucros a realizar
- d) Reservas Estatutárias
- e) Reserva de Lucros para planos de investimentos

- Lucros ou Prejuízos acumulados:

Esta conta representa o saldo remanescente dos lucros (prejuízos) líquidos das apropriações para reservas de lucros e dos dividendos distribuídos, integrando o patrimônio líquido a partir da data do balanço em que forem apurados. Constitui interligação entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. O saldo se representado por Lucros acumulados, poderá ser distribuídos aos Sócios da empresa, caso contrário poderá ser compensado na forma da legislação fiscal em vigor.

### 3.3.7 Registro de Inventário – Sistema de Valoração

Inventariar significa levantar, mensurar as quantidades físicas de cada bem que compõe o patrimônio de uma entidade e atribuir a essas quantidades um preço unitário, apurado conforme o critério de avaliação adotado pela entidade. O preço

unitário da avaliação será multiplicado pelas quantidades para se determinar o valor do inventário de bens em determinado momento.

- Rotina de Verificação:

Efetuar a apuração de regularidade do inventário escriturado: verificar se foram arrolados as mercadorias, as matérias-primas, os produtos intermediários, os materiais de embalagem, os produtos manufaturados e os produtos em fabricação, existentes no estabelecimento à época do balanço, com valores e especificações que permitam a perfeita identificação dos elementos registrados. O contribuinte também deverá mencionar os estoques em poder de terceiros e os estoques de terceiros em poder do estabelecimento.

Em época de estabilidade econômica, o baixo nível de estoque é característica predominante na estratégia de compra no comércio, portanto as quantidades e valores unitários constantes no inventário independentemente do critério de avaliação de estoque adotado pelo estabelecimento, advém das últimas compras realizadas.

Neste raciocínio pode-se constatar indícios de irregularidades, tais como: Valor unitário inventariado sem conexão alguma com os constantes nas notas fiscais de compras, ou com valor muito acima, demonstrando uma superavaliação do estoque, caracterizando operação ou prestação tributável na forma do artigo 51 da lei 11.580/96; verificar se o contribuinte remeteu ou recebeu matéria-prima ou produtos para industrialização, não tendo ocorrido o retorno ou a devolução na data em que foi feito o inventário; alto índice de estoque de um determinado produto, sem que haja compras recentes escrituradas.

- Registro de Inventário – Lançamentos:

Como técnica comparativa pode o auditor fiscal verificar: se as mercadorias adquiridas nos últimos dias do exercício constam do livro de Registro de Inventário. Se não constam, examinar se foram vendidas através das notas fiscais de saídas. Se as notas fiscais emitidas, nos primeiros dias do exercício são de mercadorias constantes do estoque registradas no Inventário.

Como técnica complementar, o auditor fiscal deve comparar o estoque atual e do exercício anterior, visando identificar os itens que não fazem mais parte do inventário. Como premissa básica, os itens que não se encontram mais estocados foram vendidos durante o período e portanto deve existir a respectiva nota fiscal de saída para acobertar a operação.

### 3.4 DA SONEGAÇÃO A FRAUDE CONTÁBIL

São inúmeros os tipos de artifícios utilizados com a finalidade de diminuir ou suprimir o pagamento do tributo, o Auditor no procedimento de averiguação precisa fazer um trabalho semelhante ao de garimpagem, para descobrir se ocorreu e onde se encontra o fato que comprove o ilícito fiscal. Pôr mais que tentássemos seria impossível listar todas as formas de fraudes, até pôr que estas são mutante e adequadas a cada tipo de atividade mercantil, contudo, citaremos alguns dos tipos mais comuns de fraudes, todas ligados aos registros contábeis, de forma a poder analisar o procedimento adotado e a sua repercussão para o lançamento tributário.

### 3.4.1 Subfaturamento

O subfaturamento, conhecido também como venda abaixo do custo, está entre as práticas mais utilizadas pôr alguns contribuintes para diminuir a receita tributável. Consiste na prática de registrar no documento e livros fiscais venda pôr valor inferior ao custo de aquisição ou produção, que, nos casos de impostos incidentes sobre o valor agregado, como é o caso do ICMS, resulta na diminuição ou até mesmo anulação do imposto a pagar.

O que pode ser de simples compreensão pode não ser de tão fácil comprovação, visto que a conta estoque está inserida, contabilmente, entre as contas do ativo circulante e, portanto, possui métodos específicos de apuração. A utilização de métodos que não levem em consideração o disposto nesta norma, pode tornar imprestável a comprovação do ilícito tributário.

A legislação fiscal do ICMS, determina que, quando o contribuinte promover saída de produto tributado pôr valor inferior ao custo de aquisição ou produção, este deverá estornar o crédito obtido pela aquisição, em proporção a redução resultante do valor de venda praticado.

Tal procedimento determina que deverá ser estornado a parte do crédito registrado nos livros fiscais, referente a operação de aquisição de mercadoria ou produto tributado, que ultrapasse o valor de venda realizado.

Quando se tratar de vendas abaixo do custo em empresas industriais o estorno do crédito se dará em função dos insumos de produção que compõem o produto, e que tenham gerado crédito de tributo pela aquisição.

É necessário ressaltar que, de acordo com entendimento contábil, que é a base de informação para o registro, o custo é todo o gasto incorrido pelo adquirente



para por a mercadoria ou produto em seu estado final, pronto para comercialização, e que estes podem ser ajustados quando o valor de mercado for inferior ao de aquisição ou produção.

A simples aplicação da alíquota interna sobre o diferencial de preço entre a aquisição e a venda, seria presumir que toda a aquisição de mercadorias, matéria-prima e demais insumos, foram feitas dentro do estado onde se situa a empresa e que o produto é composto exclusivamente de insumos, e que este foram adquiridos dentro do próprio Estado.

Tal procedimento entra em confronto com a estrutura conceitual básica da contabilidade, sendo, pelo que já foi demonstrado, imprestável para comprovar irregularidade fiscal alegada, pois padece de vício de forma ao se contrapor a norma contábil.

Nestes casos, caberia ao fiscal a investigação através dos registros contábeis para determinar qual o custo efetivo da aquisição ou produção, partindo deste ponto para propor os ajustes necessários e encontrar a base sobre a qual deveria ser efetuado o estorno, e partir daí aplicar, quando devido, as sanções pelo ilícito.

#### 3.4.2 Saldo credor de caixa

Conhecido também como suprimento irregular de caixa, consiste na constatação da insuficiência de recursos para os pagamentos realizados pela empresa num determinado período.

Leva ao entendimento que o sujeito passivo não dispunha de recursos para fazer face aos gastos incorridos durante o período analisado, e que os gastos

foram pagos através de receitas não declaradas, presumindo-se que a diferença negativa entre os recursos declarados e o montante efetivamente aplicado é o valor da base de cálculo do imposto devido.

Contudo, cabe observar que a figura do saldo de caixa, é uma operação contábil, e, portanto, deve estar fundamentada de acordo com as normas e conceitos daquela disciplina, pois para que seja admitida a presunção é necessário que o indício, neste caso insuficiência de recursos, esteja comprovado.

Inicialmente o fiscal deverá fazer um levantamento minucioso das operações registradas, atentando principalmente para aquelas que representem efetivamente entradas de recursos, visto que a contabilidade, como ciência que avalia o patrimônio da entidade, registra operações de caráter econômico e financeiro. As operações de caráter econômicas, são aquelas que representam aumento ou redução dos ativos e passivos sem que tenha havido circulação de recursos, como é o caso de correção monetária, juros creditados mas não pagos, depreciação, descontos, amortizações, entre outras. As operações de caráter financeiros são as que efetivamente redundam em entradas ou saídas de recursos.

Para se firmar um convencimento quanto a origem e aplicação de recursos, a contabilidade possui demonstrações que definem as regras para obtenção de tais informações, estas são: a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR e o Fluxo de Caixa.

A DOAR tem por objetivo apresentar de forma ordenada e sumariada as informações relativas às operações de financiamento e investimento das empresas e evidenciar as alterações financeiras da empresa num determinado período. As origens de recursos representam os financiamentos obtidos, enquanto as aplicações

recursos representam os investimentos. Cabe salientar que o conceito de recurso, para esta demonstração, não representa apenas dinheiro, mas sim um conceito mais amplo, o capital de giro líquido, composto de disponibilidades, contas a receber, estoques e demais contas do ativo circulante, deduzido do passivo circulante.

O Fluxo de Caixa representa apenas as variações ocorridas no caixa da empresa, ou seja, os valores que efetivamente circularam pela entidade, ou nas instituições financeiras que a entidade possui recursos depositados. Podendo ser utilizados dois métodos para sua elaboração: O direto é aquele no qual os recursos provenientes das atividades operacionais são demonstrados a partir do lucro líquido, ajustados pelos itens considerados nas contas de resultados mas que não representam entrada ou saída efetiva de recurso, enquanto o método indireto se faz exclusivamente pela apresentação dos recursos provenientes das operações.

Será através destas Demonstrações, ou com base nas diretrizes por eles traçadas, que o fiscal poderá extrair elementos que façam prova do ilícito denunciado. Qualquer procedimento que se distancie dos fundamentos dados por estas demonstrações não poderá ser admitido como prova, pois não possuirão o fundamento científico próprio do elemento em estudo para suportar as afirmações feitas.

Nos procedimentos fiscais, alguns fiscais esquecem que embora evidente, a infração precisa ser comprovada, a simples acusação não é fértil o suficiente para prosperar a denuncia.

Outra característica deste procedimento é a não aceitação por parte da autoridade fiscal, determinados lançamentos, como, por exemplo, adiantamento para aumento de capital, operações com pessoas ligadas (mútuo), desconto de

duplicatas, encontro de contas, entre outras. Alertamos que o poder de atuação do agente do Fisco não ultrapassa o limite da legalidade, e que para descaracterizar qualquer lançamento ou documento é necessário que justifique o motivo da desconsideração.

Outra forma de agir, é considerar como vencimento a data apontada nas notas fiscais de aquisição, que nem sempre corresponde a data do efetivo pagamento, que poderá ocorrer antes ou depois do fixado. O registro do fato deverá ser traduzir com fidelidade a data e o valor efetivo, sendo feitos em ordem cronológica os lançamentos.

Para que seja utilizada a presunção é necessário que se comprove a omissão de receita, por parte do autuante, esta comprovação deverá atender as normas de regulam os registros comerciais, ou seja, a ciência contábil. A desobediência aos fundamentos desta ciência poderá caracterizar a nulidade dos atos realizados.

### 3.4.3 Saída mercadoria sem emissão de documento fiscal (Omissão de Receita)

Conforme demonstrado, o ICMS é o imposto que tem como fato gerador a operações de circulação de mercadorias. Desconsiderando as operações em que haja substituição tributária, as operações onde, geralmente, ocorrem o fato econômico-jurídico que gera a obrigação do pagamento do ICMS são as saídas, pois estas, em sua maioria, representam o fato econômico, venda, que completa o ciclo operacional crédito-débito nas apurações do imposto.

A omissão de receita visa demonstrar que ocorreu a falta da emissão do documento fiscal correspondente a operação realizada, assim como a falta do registro nos respectivos livros fiscais, quando emitido o documento fiscal próprio.

Como trata de operação referente a circulação de mercadorias, o procedimento natural para detectar a omissão de saídas é o levantamento analítico de estoques, que deverá ser feito partindo do estoque inicial registrado no Livro Registro de inventário, acrescido das aquisições realizadas do período analisado e deduzidas as saídas promovidas no mesmo do período; o saldo desta movimentação deverá ser confrontado com o saldo final escriturado no Livro Registro de Inventário, onde a diferença, caso positiva, representa saída (venda) de mercadoria; ou negativa, a entrada de mercadoria, sem a emissão do respectivo documento fiscal.

Quando a diferença for positiva (saldo da movimentação maior do que o saldo escriturado no Livro Registro de Inventário), pode-se concluir que ocorreu omissão de saídas, não cabendo questionamentos por parte do sujeito passivo.

Quando a diferença for negativa (saldo da movimentação menor do que o saldo escriturado no Livro Registro de Inventário), pode-se concluir que as mercadorias foram adquiridas sem documento fiscal ou que este (documento fiscal) não foi registrado nos livros fiscais, nestes casos cabe a presunção de que as mercadorias foram adquiridas com recursos não declarados, transferindo ao sujeito passivo a obrigação de provar o contrário (inversão do ônus da prova).

É pertinente comentar que as formas acima demonstradas, apesar de fácil compreensão carecem de método que permitam ao fiscal comprovar o ilícito fiscal. No primeiro caso, levantamento analítico de estoque, deve-se atentar para separação dos produtos em análise de acordo com suas características, unidade, referências, medidas, modelos, fornecedor etc. A falta de identificação correta, nos menores detalhes poderá carrear todo o trabalho para nulidade, pois, entre as

exigências contidas na Lei, para lavratura do Auto de Infração está "a descrição minuciosa dos fatos". Não poderá ser considerada como minuciosamente descrita a infração cuja peça acusatória não transpareça a exatidão dos fatos, omitindo detalhes que podem interromper a ligação entre o descrito e o ocorrido.

A forma citada deverá ser trabalhada em atendimento aos critérios de avaliação de estoque adotados pela Contabilidade, pois é essa ciência que determina a sua forma de apuração. Quando conceitua o custo de aquisição define os critérios para avaliação, já citados anteriormente. A opção em não seguir tais mandamentos legais, imputará ao ato falha na formulação, pois estará desrespeitando o fundamento científico-jurídico característico a este procedimento de exame.

Outra forma de caracterizar a omissão de receita é a diferença a maior entre o valor da receita de vendas declarados nos registros contábeis e os registrados nos livros fiscais.

### 3.5 PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO NA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Análise das Demonstrações Contábeis a ser realizada, normalmente tratada como fiscalização ou ação fiscal, está regida pela legislação tributária, que fixa os poderes e os deveres dos agentes da Administração Fazendária, é tratada também como Auditoria Fiscal ou Fisco-Contábil.

Os Auditores-Fiscais gozam de prerrogativas especiais, possuindo, ainda, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais servidores públicos (art.37, inciso XVIII da Constituição Federal) e amplos poderes de investigação assegurados pelo Código Tributário Nacional. Entre os dispositivos do CTN que tratam dos poderes da fiscalização pode-se destacar os seguintes:

- Determina a obrigatoriedade de Lei que regule a competência para e poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação (Art. 194).
- Retira o efeito de qualquer dispositivo legal que exclua ou limite o direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou a obrigação destes de exibi-los (Art. 195).
- Determina a assistência mútua entre a Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio(Art. 199).
- Permite as autoridades administrativas federais requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção (Art. 200).

Uma das prerrogativas do fiscal é a de examinar e até reter ou apreender todos os livros contábeis e fiscais, mercadorias, arquivos, inclusive os magnéticos, papéis

e documentos de efeitos comerciais e fiscais. Além disso, pode o fiscal realizar diligências ou solicitar informações junto a pessoas jurídicas ou físicas sobre as atividades do auditado.

Todos esses poderes, contudo, devem ser exercidos dentro dos limites legais e devem ser documentados, quando praticados, por meio de termos, onde seja descrito com precisão o procedimento adotado ou os esclarecimentos exigidos, com os fundamentos legais que os legitima.

### 3.5.1 Termos Fiscais

Durante a fiscalização, o Auditor Fiscal deve lavrar termos para todos os atos que pratica, devendo ser evitada ao máximo qualquer solicitação verbal ao contribuinte. O artigo 196 do Código Tributário Nacional determina que, sempre que possível, os termos fiscais devem ser lavrados em livros fiscais. Há, entre os livros obrigatórios ao sujeito passivo contribuinte do ICMS um livro próprio registros desta natureza, denominado "Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência". Após o devido registro deve-se extrair cópia para anexação ao processo. Não sendo possível, deverá a autoridade fiscal lavrar o termo em folha solta, devendo ser entregue cópia ao interessado.

### 3.5.2 Prova Dos Fatos Ilícitos

Quando da análise da documentação e livros apresentados resultar a verificação da ocorrência de um fato que se constitui ilícito na esfera tributária, e desta decorrer a imputação de penalidade pecuniária pela legislação, o Agente Fazendário deverá efetuar o lançamento correspondente, assim como do tributo



(obrigação principal), quando for devido. Entretanto, o fato que der origem à exigência deve estar devidamente comprovado por meio de provas idôneas.

A fase do procedimento fiscal (fiscalização) é o momento próprio para a coleta das provas, e o lançamento, quando formalizado, já deve conter todos os elementos de prova em que se fundamenta. É importante salientar que a denúncia contida na inicial de processo fiscal deverá estar acompanhada de todas as provas dos fatos que são imputados ao contribuinte.

Essa exigência tem como objetivo possibilitar o exercício do direito de defesa por parte do autuado. O autuado tem o direito de saber não só quais os fatos que lhe são imputados, mas também que elementos levaram a fiscalização a concluir pela sua efetiva ocorrência.

### 3.5.3 Registros fiscais e comerciais

Os Livros Fiscais contêm todos os fatos relacionados com as atividades fiscais da empresa. É através deles que as informações são extraídas, destinando-se para aqueles que dela necessitam. O Estado como um dos parceiros de todas as entidades, já que, onde quer que haja uma riqueza em seu território tem a sua parcela legalmente garantida. E é através destas informações que exerce sua atividade de policiar a fatia do "bolo econômico" gerado pelas entidades econômicas. Daí, ser o próprio instituidor dos livros, isto para acompanhar no dia-a-dia todas transações desenvolvidas pelas empresas.

O Fisco tem nos livros fiscais seu principal alvo, pois através da auditoria, confere todos o registros efetuados pela empresa, retificando-os ou ratificando-os, conforme as averiguações e constatações decorrentes de suas atividades.

Os livros fiscais exigidos pelo Fiscos, em matéria de ICMS são:

- Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências
- Registro de Inventário
- Registro de Saídas
- Registro de Entradas
- Registro de Apuração do ICMS

Podendo ainda haver livros específicos em função de sua atividade, tais como: Livro de Movimentação de Combustíveis, nos casos de revendedores de combustíveis, Livro de Produção Diária, no caso das empresa com atividade industrial, entre outros.

#### 3.5.4 Documentos fiscais

A nota fiscal é, provavelmente, o documento fiscal mais importante do campo tributário exigido pela legislação. Embora esteja inserida nas obrigações acessórias, é, na maioria das vezes, quem gera obrigação principal, isto quando naturalmente a operação é tributável. Sua legitimidade dar-se-á através de autorização de impressão emitida pela Repartição Fazendária Estadual.

Sendo o instrumento mais importante para Análise das Demonstrações Contábeis, representa a própria gênese da transação mercantil. É partir dela (que fluem as informações que serão objeto da apreciação e análise. Daí a necessidade de absoluta intimidade do Auditor com este documento, tornando-se imprescindível um profundo conhecimento sobre todos detalhes intrínsecos e extrínsecos envolventes da nota fiscal.

Há uma preocupação especial do Fisco em relação a credibilidade do documento fiscal. Ao deparar-se com uma nota fiscal, o Agente do Fisco é induzido quase que instintivamente à análise do documento, fixando-se em todos os detalhes quer os de características formais de emissão quer nas informações contidas pelo preenchimento. Os detalhes de natureza intrínseca, ou seja, aqueles que se relacionam com o emitente: Razão social, inscrição, tipo (série) de nota fiscal, quantidade de notas confeccionadas, data da autorização da confecção etc. Estas simples informações já podem fornecer as condições necessárias a amplitude que poderá ter o procedimento fiscal a ser executado, avaliando a legalidade ou inconsistência dos documentos fiscais.

No que se refere às questões de natureza extrínsecas, ou seja, aqueles que retratam a operação realizada, deve-se atentar para as informações a respeito do destinatário, inscrição e localização, tipo de mercadoria, quantidade, valor, ICMS destacado, carimbos afixados por unidades fiscais por onde ocorreu o trânsito, legalidade de isenções, não incidência ou imunidade, etc., detalhes que poderão influenciar na compreensão da operação e, conseqüentemente, concluir pela sua credibilidade ou não.

Os principais tipos de fraudes relacionadas com documentos fiscais são:

- Circulação de documentos e não de mercadorias;
- Nota fiscal destinada a acobertar o trânsito de mercadoria mas na realidade não pertencente a empresa vendedora;
- Nota fiscal de talonário paralelo;

- Nota pertencente a estabelecimento inscrito no cadastro de contribuintes apenas com o fim de confeccionar documentos fiscais para fornecê-los a terceiros;
- Nota fiscal pertencente a estabelecimento com atividade paralisada;
- Nota fiscal furtada e reutilizada;
- Notas fiscais emitidas ou recebidas mas não registradas.

### 3.5.5 Livros comerciais

Além da escrita fiscal com todo o seu elenco de livros e documentos geradores de crédito e débito fiscais, o Fisco dispõe de uma outra fonte de informações, que é a escrita contábil. É nesse novo cenário que serão encontrados um sem número de alternativas para o exercício da Análise das Demonstrações Contábeis, onde as perspectivas de acompanhamento de todas as mutações econômico-fiscais apresentam de forma mais lúcida e precisa os elementos necessários ao auditor para formar seu convencimento.

A Contabilidade possui a finalidade específica de acompanhar variações ocorridas no patrimônio da empresa, registrando os atos e fatos que acontecem quotidianamente, é de fundamental importância para aqueles que se interessam por suas informações. Representado pelo Fisco, o Governo busca se inteirar de tudo que diz respeito à riqueza gerada pela empresa.

O Auditor Fiscal, no exercício de suas funções, terá necessariamente que conhecer a Ciência Contábil, para realizar o poder-dever da investigação, sem correr o risco de deixar escapar de sua visão os fatos e de permitir ao sujeito passivo igualdade de condições de contraditar as alegações.

A análise das operações registradas na contabilidade pode representar para o fisco as ferramentas com as quais se possa alimentar e construir o raciocínio necessários para formação do elementos que comprovem o ilícito fiscal.

A condição "*si ne qua non*" para se combater a sonegação e a fraude, é conhecê-la, identificando-a nas divergentes formas em que ela é apresentada. Não se pode enfrentá-la, sem que não se tenha um amplo e perfeito conhecimento de suas origens. Daí, a premente necessidade do Auditor Fiscal está devidamente preparado, munido do conhecimento necessário para o exercício de suas funções.

### 3.6. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A análise apresentada foi realizada na empresa SUPERMERCADOS SANTA MARIA LTDA e abrangeu os Balanços correspondentes aos períodos de 1996 e 1997, os quais foram padronizados, ajustados e corrigidos a valores de 1997, onde pode-se observar as seguintes situações:

## BALANÇO PATRIMONIAL CORRIGIDO E AJUSTADO

	1.996	1.997
<b>ATIVO</b>	<b>1.248.449,48</b>	<b>1.001.027,08</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.144.609,07</b>	<b>877.918,72</b>
DISPONÍVEL	24.536,02	12.103,18
CAIXA	5.879,25	3.589,65
BANCO CONTA MOVIMENTO	3.692,12	8.283,79
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	14.964,65	229,74
CRÉDITOS	28.248,23	29.286,31
CLIENTES	26.325,36	27.418,54
DEPÓSITO EM JUÍZO - COFINS	1.922,87	1.867,77
ESTOQUES	1.091.824,82	836.529,23
MERCADORIAS	1.091.824,82	836.529,23
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>103.840,41</b>	<b>123.108,36</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>103.840,41</b>	<b>123.108,36</b>
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	23.819,24	30.033,61
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	9.903,94	13.969,13
TELEFONE	2.764,81	2.685,58
EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	4.593,69	13.587,05
MÁQUINAS P/ESCRITÓRIO	3.360,46	4.089,16
MÁQUINAS REGISTRADORAS	18.566,81	18.034,76
CLICHÊ P/MÁQUINAS REGISTRADORAS	245,56	238,52
VASILHAMES	282,57	274,47
CARRINHOS	1.071,38	1.578,68
GÔNDOLAS	5.159,84	5.011,98
VASCAS	334,26	324,68
CHECK-OUT	1.225,67	1.190,55
VENTILADORES DE TETO	965,34	937,68
BALANÇA FILIZOLA	3.358,22	3.261,99
COMPUTADORES	3.397,36	8.977,62
TERMINAIS PONTO DE VENDA	46.888,80	47.307,15
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(22.097,54)	(28.394,25)
<b>PASSIVO</b>	<b>1.248.449,48</b>	<b>1.001.027,08</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>77.398,09</b>	<b>82.652,83</b>
OBRIGAÇÕES COMERCIAIS	36.663,81	34.416,45
FORNECEDORES	33.826,07	28.953,45
CONTAS A PAGAR	2.837,74	5.463,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS	3.705,94	5.975,81
ICMS A RECOLHER	3.289,36	5.489,61
CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER	416,58	486,20
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	21.723,81	23.855,93
PIS A RECOLHER	3.327,83	3.707,65
COFINS A RECOLHER	10.239,53	11.447,35
INSS A RECOLHER	6.342,95	6.739,03
FGTS A RECOLHER	1.813,50	1.961,90
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	15.304,53	18.404,64
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	11.804,22	15.004,64
RETIRADA PRÓ-LABORE A PAGAR	3.500,31	3.400,00
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>31.865,12</b>	<b>27.979,14</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	31.865,12	27.979,14
BANESTADO S/A - FINAME	31.865,12	27.979,14
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.139.186,27</b>	<b>890.395,11</b>
CAPITAL SOCIAL	20,59	100.000,00
CAPITAL SOCIAL	20,59	100.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	9.669,06	0,00
CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL	9.669,06	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	1.129.496,62	790.395,11
LUCROS ACUMULADOS	1.763.645,95	1.006.541,60
PREJUÍZO DO PERÍODO BASE	(634.149,33)	(216.146,49)

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CORRIGIDA E AJUSTADA

	1.996	1.997
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.050.362,83	5.536.205,89
VENDA DE MERCADORIAS	5.050.362,83	5.536.205,89
(-) DEDUÇÕES E IMPOSTOS INCIDENTES	(778.961,75)	(775.461,89)
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(778.961,75)	(775.461,89)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.271.401,08	4.760.744,00
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(4.368.753,98)	(4.428.085,82)
(=) LUCRO BRUTO	(97.352,90)	332.658,18
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(585.396,49)	(545.120,45)
DESPESAS COM PESSOAL	(280.982,01)	(329.208,79)
DESPESAS GERAIS	(304.414,48)	(215.911,66)
(=) RESULTADO OPERACIONAL	(682.749,39)	(212.462,27)
(+) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	48.600,05	(3.684,22)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	30.590,35	(15.487,04)
RECEITAS EVENTUAIS	18.003,71	11.802,82
GANHO OU PERDA NA VENDA DE IMOBILIZADO	5,99	0,00
(=) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(634.149,34)	(216.146,49)



### 3.7 RESULTADOS DA ANÁLISE

Verificou-se através da análise que no ano de 1996 o quociente de liquidez imediata que era de 0,32 diminuiu para 0,15 em 1997. Como podemos notar, também, na análise horizontal que enquanto ocorreu um queda de 19,82% nas disponibilidades de 1996 para 1997 o passivo circulante aumentou em 6,79%.

Este quociente indica que para cada um real de dívida a curto prazo, a empresa possui 15 centavos em 1997 para pagar, utilizando somente os seus recursos disponíveis, ou seja, faltam 85 centavos.

O quociente de liquidez seca que era de 0,68 em 1996 diminuiu para 0,50 em 1997, isto deve-se a uma queda significativa nas disponibilidades de 50,67%. Isto significa que em 1997 a empresa possui 50 centavos de recursos financeiros cuja liquidez é maior (ativo circulante – estoques – despesas antecipadas), para pagar cada real de dívida a curto prazo. E recomendável que este quociente seja superior a um.

O quociente de liquidez corrente que demonstra quanto a empresa possui de recursos totais realizáveis a curto prazo para pagar todas as suas dívidas, também de curto prazo, é o principal quociente a ser analisado e deve ser superior a um. No ano de 1996 a empresa demonstrava um quociente de liquidez corrente de 14,79 em 1997 este quociente diminuiu para 10,62, devido um aumento do passivo circulante de 6,79% e uma queda no ativo circulante de 23,30%, outro fator que afetou este índice foi um aumento dos ativos fixos de 8,32% em 1996 para 12,30% em 1997 em relação ao ativo total. Isto significa que em 1997 a empresa possui dez reais e

sessenta e dois centavos de recursos de curto prazo para pagar cada real de dívida, também de curto prazo.

O quociente de liquidez geral indica a capacidade de pagamento da empresa, utilizando-se de todos os seus recursos disponíveis e realizáveis, independente do seu prazo de realização, para liquidar todas as suas dívidas independente do seu prazo de vencimento (curto e longo prazo).

Em 1996 o quociente de liquidez geral da empresa que era de 10,48 diminuiu para 7,94 em 1997 devido a uma queda de 23,30% no ativo circulante enquanto que o passivo circulante aumentou 6,79% e um maior investimento em ativos fixos no ano de 1997. Isto significa que em 1997 a empresa possui sete reais e noventa e quatro centavos de recursos de curto e longo prazo para pagar suas dívidas com vencimento, também, de curto e longo prazo.

Durante a análise, verificou-se também que, em 1996 dos recursos da empresa que financiavam as suas operações 8,75% eram de terceiros e deveriam ser devolvidos aos mesmos. Este quociente aumentou em 1997 para 11,05%, não é uma oscilação muito representativa mas deve ser observada a tendência deste quociente. É recomendável que este quociente seja inferior a 50%.

A participação dos capitais de terceiros em relação ao capital próprio da empresa (patrimônio líquido) aumentou de 9,59% em 1996 para 12,43% em 1997, uma alteração que deve-se a uma aumento no passivo circulante de 6,79%, enquanto o patrimônio líquido sofreu uma redução de 12,20% devido ao prejuízo apresentado no período de 1997. É recomendável que este quociente seja inferior a 100%.

No ano de 1996 as obrigações a curto prazo da empresa eram de 70,84%, já em 1997 este quociente aumentou para 74,71%, isto deve-se a uma diminuição nos recursos de longo prazo de 29,16% em 1996 para 25,29% em 1997, demonstrando que a empresa em 1997 vem financiando suas operações com porcentagem maior de recursos a curto prazo. Ocorreu um aumento significativo na imobilização do capital próprio de 9,12% em 1996, para 13,83% em 1997. Isto deve-se a aquisição de ativos fixos, fazendo diminuir a liquidez da empresa.

No ano de 1996 a empresa operou com uma margem bruta negativa de -2,28% que aumentou para 6,99% em 1997, devido a um aumento nas vendas de 9,62% de 1996 para 1997. A margem bruta deve ser suficiente para cobrir os demais custos fixos operacionais da empresa. A margem operacional da empresa em 1996 era negativa de -15,98% e aumentou para -4,46% em 1997. Este aumento deve-se a uma queda nas despesas operacionais de 6,88% e um aumento nas vendas de 9,62% do ano de 1996 para 1997.

Salienta-se que, após a Análise das Demonstrações Contábeis, a empresa pesquisada em 1996, operou com uma margem líquida negativa de -14,85%, aumentando para -4,54% em 1997. Demonstrou ainda que, em 1996 os recursos aplicados no ativo circulante da empresa se renovaram 3,73 vezes, já em 1997 os recursos se renovaram 4,71 vezes, ocorreu uma evolução demonstrando uma maior eficiência na administração dos recursos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise das demonstrações contábeis da empresa SUPERMERCADOS SANTA MARIA LTDA e serem aplicados os procedimentos de análise que julgou-se necessários, concluiu-se que a empresa, no ano de 1996 e 1997 atravessou um período difícil onde os resultados de suas operações resultaram em prejuízos e perdas aos seus sócios.

Mesmo considerando a atividade da empresa, onde a maioria das vendas são realizadas a vista, onde os estoques são convertidos em disponibilidades rapidamente, a liquidez da empresa não foi favorável, pois existia o risco de ocorrer uma queda nas vendas o que poderia comprometer a capacidade de pagamento da empresa.

A capacidade de pagamento da empresa diminuiu de 1996 para 1997, devido ao prejuízo apresentado no período e a aquisição de ativos fixos que alterou a composição do ativo total, principalmente em relação aos estoques que a empresa diminuiu para não deixar de liquidar seus compromissos com terceiros nas datas convencionadas e não sofrer restrições de créditos.

Tanto o grau de endividamento como a imobilização do capital próprio da empresa aumentaram do período de 1996 para 1997. Apesar destes quocientes

serem favoráveis eles devem ser observados nos anos subseqüentes. Apresentando este quociente a empresa não se endividará e nem comprometerá sua liquidez.

Apesar do prejuízo que a empresa vem apresentando nos dois períodos podê-se notar uma melhora nas margens de contribuição da empresa, devido a um aumento nas vendas, uma redução das despesas e dos custos das mercadorias vendidas, demonstrando uma melhora na gestão dos recursos no ano de 1997.

Quanto ao giro do ativo notou-se uma melhora do período de 1996 para 1997, fazendo com que o prejuízo diminuísse de um período para o outro, mas apesar desta observou-se uma dificuldade por parte dos administradores na gestão dos recursos comprometendo a rentabilidade da empresa.

Tendo em vista o prejuízo apresentado pela empresa nos períodos de 1996 e 1997 concluí-se que o negócio da empresa não está sendo rentável aos seus sócios. E, apesar de não se ter indícios de irregularidades nas Demonstrações Contábeis que indiquem a sonegação de impostos, principalmente o ICMS, a empresa deve realizar um planejamento para conter as despesas e os custos e incentivar as vendas com o objetivo que empresa volte a proporcionar lucros.

Concluiu-se ainda que, além dos livros exigidos pela legislação comercial existem os livros exigidos pela legislação fiscal com o intuito de comprovar a disponibilidade de renda e os acréscimos patrimoniais da entidade.

É imprescindível que a empresa proceda a escrituração das demonstrações contábeis de forma eficiente, independente de ser ou não exigida pela legislação fiscal, pois a função principal das demonstrações contábeis é de atender as necessidades dos diversos usuários desta informação, de forma que não deverá

proceder o registro de suas operações em função do Fisco. Deve atendê-lo sim, procurando adequar as suas atividades da forma o menos onerosa possível à lei.

Ao Fisco cabe o dever da investigação para efetuar o lançamento do crédito tributário; no desempenho de suas atividades, o Agente Fazendário ou Fiscal da Receita Estadual deverá examinar as informações oferecidas pelo sujeito passivo para efetuar o referido lançamento, estando atrelado aos registros comerciais e fiscais como fonte de pesquisa, podendo se valer de outros meios para formar sua convicção. A constituição do crédito tributário está vinculada a sua existência de fato, e deverá ser comprovada por aquele a quem cabe efetuar o lançamento.

A eficácia da ação fiscal está apoiada no poder coercitivo que o sujeito ativo detém para exigir o cumprimento da obrigação por parte do sujeito passivo. Contudo, a falta de apresentação de prova ou falha na elaboração do elemento probante, no procedimento investigatório, poderá vulnerar o ato por vício formal, conduzindo-o a nulidade. Esta situação representa um risco a atividade de fiscalização, pois pode gerar o descrédito da ação fiscal em função do volume de processos considerados nulos, além de se constituir um curso legal para o adiamento da liquidação do crédito fiscal.

Nas ações de fiscalização em empresas, onde há obrigatoriedade dos registros das operações em livros fiscais e comerciais próprios, o Agente Fazendário deverá fazer uso das informações disponíveis como base para realização de suas atividades, evitando técnicas investigatórias questionáveis que permitam ao sujeito passivo se esvair dos efeitos do lançamento por questões meramente formais.

A contabilidade pode representar uma ferramenta de apoio ao profissional fazendário que dela poderá se valer para atingir o seu objetivo. Porém, deverá

conhecer suas formas de registro, metodologia e critérios de avaliação, pois ao analisar as demonstrações contábeis, tem acesso ao principal meio informativo da situação patrimonial e dos resultados da empresa, podendo avaliar a sua situação em determinado momento ou em seu progresso ao longo do tempo. Não necessita ser o Profissional Fazendário um Contador, contudo, este deverá ter o mínimo de conhecimento sobre contabilidade para exercer sua função, podendo ainda recorrer aos profissionais mais especializados para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da investigação.

O procedimento fiscal deve ser feito com clareza, numa linguagem comum, que permita as partes fornecerem as informações necessárias à autoridade julgadora para que esta forme seu juízo, permitindo ao acusado o direito ao contraditório.

Um processo Administrativo-Tributário nulo é o reconhecimento de uma ação fiscal deficiente, provocando prejuízo a ambas as partes, e a velocidade que as informações são transmitidas atualmente, a concorrência, a globalização, entre outras situações, fez aumentar a exigência de uma ação fiscal eficiente, sem falhas que onerem indevidamente o sujeito passivo, criando, para o Estado, expectativa de receita tributária que não se concretizará.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1997.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 1995.
- BORGES, Humberto Bonavides. **Auditoria de tributos IPI, ICMS e ISS**. São Paulo: Atlas, 2000.
- BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- DÓRIA, Antonio Roberto Sampaio. **Elisão e Evasão Fiscal**. São Paulo: Bushatsky, 1987.
- FLORENTINO, Américo Matheus. **Auditoria Contábil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1997.
- HUCK, Hermes Marcelo. **Sentença Estrangeira e lex mercatória. Horizontes e fronteiras do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 1994.
- ICHIHARA, Yoshiaki. **Direito Tributário**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanço**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1988.
- MARTINS, Silva Ives Gandra. **Sistema tributário na constituição de 1998**. 5º ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- PELLISARI, Deoni. **A grande farsa da tributação e da sonegação**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- SAVYTZKY, Taras. **Análise de Balanços**. 2ª ed. São Paulo: Sigma, 1987.
- TIMM, Clóvis Cláudio. **Auditoria Fiscal e ICMS**. Porto Alegre: Sagra – DC Luzzatto, 1998.



VALÉRIO, Walter Paldes. **Programa de direito tributário: parte geral.** 5ª ed. São Paulo: Nova Época, 1985.

**6. ANEXOS**

**Anexo I – Balanço Patrimonial de 1996**

# **BALANÇO PATRIMONIAL ORIGINAL DE 1996**

<b>ATIVO</b>	<b>1.212.673,75</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.111.809,01</b>
DISPONÍVEL	23.832,91
CAXA	5.710,77
BANCO CONTA MOVIMENTO	3.586,32
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	14.535,82
CRÉDITOS	27.438,75
CLIENTES	25.570,98
DEPÓSITO EM JUÍZO - COFINS	1.867,77
ESTOQUES	1.060.537,35
MERCADORIAS	1.060.537,35
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>100.864,74</b>
IMOBILIZADO	100.864,74
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	23.136,67
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	9.620,13
TELEFONE	2.685,68
EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	4.462,05
MÁQUINAS P/ ESCRITÓRIO	3.284,16
MÁQUINAS REGISTRADORAS	18.034,76
CLICHÊ P/ MÁQUINAS REGISTRADORAS	238,52
VASILHAMES	274,47
CARRINHOS	1.040,68
GONDOLAS	5.011,98
VASCAS	324,88
CHECK-OUT	1.190,55
VENTILADORES DE TETO	837,68
BALANÇA FILIZOLA	3.261,99
COMPUTADORES	3.300,00
TERMINAIS PONTO DE VENDA	45.645,15
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(21.464,31)
<b>PASSIVO</b>	<b>1.212.673,75</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>75.180,18</b>
OBRIGAÇÕES COMERCIAIS	35.613,17
FORNECEDORES	32.858,75
CONTAS A PAGAR	2.756,42
OBRIGAÇÕES FISCAIS	3.586,74
ICMS A RECOLHER	3.195,10
CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER	404,84
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	21.101,29
FIS A RECOLHER	3.232,47
COFINS A RECOLHER	9.945,10
INSS A RECOLHER	8.161,19
FGTS A RECOLHER	1.761,53
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	14.865,96
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	11.465,96
RETIRADA PRÓ-LABORE A PAGAR	3.400,00
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>30.951,99</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	30.951,99
BANESTADO S/A - FINEAME	30.951,99
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.106.541,60</b>
CAPITAL SOCIAL	20,00
CAPITAL SOCIAL	20,00
RESERVAS DE CAPITAL	9.391,98
CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL	9.391,98
RESULTADOS ACUMULADOS	1.097.129,62
LUCROS ACUMULADOS	1.713.106,69
PREJUÍZO DO PERÍODO BASE	(615.977,07)

**Anexo II – Balanço Patrimonial de 1997**

# **BALANÇO PATRIMONIAL ORIGINAL DE 1997**

<b>ATIVO</b>	<b>1.001.027,08</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>877.918,72</b>
DISPONÍVEL	12.103,18
CADIA	3.589,65
BANCO CONTA MOVIMENTO	8.283,79
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	228,74
CRÉDITOS	29.286,31
CLIENTES	27.418,54
DEPÓSITO EM JUÍZO - COFINS	1.867,77
ESTOQUES	836.529,23
MERCADORIAS	836.529,23
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>123.108,36</b>
IMOBILIZADO	123.108,36
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	30.033,61
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	13.969,13
TELEFONE	2.685,58
EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	13.587,05
MÁQUINAS P/ ESCRITÓRIO	4.089,16
MÁQUINAS REGISTRADORAS	18.034,78
CLICHÊ P/ MÁQUINAS REGISTRADORAS	238,52
VASILHAMES	274,47
CARRINHOS	1.578,88
GONDOLAS	5.011,98
VASCAS	324,68
CHECK-OUT	1.190,55
VENTILADORES DE TETO	937,68
BALANÇA FILZOLA	3.261,99
COMPUTADORES	8.977,62
TERMINAIS PONTO DE VENDA	47.307,15
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(26.394,25)
<b>PASSIVO</b>	<b>1.001.027,08</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>82.652,83</b>
OBRIGAÇÕES COMERCIAIS	34.418,45
FORNECEDORES	28.953,45
CONTAS A PAGAR	5.463,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS	5.975,61
ICMS A RECOLHER	5.489,61
CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER	486,20
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	23.855,93
PIS A RECOLHER	3.707,66
COFINS A RECOLHER	11.447,35
INSS A RECOLHER	6.739,03
FGTS A RECOLHER	1.981,90
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	18.404,64
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	15.004,84
RETIRADA PRÓ-LABORE A PAGAR	3.400,00
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>27.979,14</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	27.979,14
BAJISTADO S/A - FINAME	27.979,14
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>890.395,11</b>
CAPITAL SOCIAL	100.000,00
CAPITAL SOCIAL	100.000,00
RESULTADOS ACUMULADOS	790.395,11
LUCROS ACUMULADOS	1.006.541,80
PREJUÍZO DO PERÍODO BASE	(216.146,49)

**Anexo III – Demonstração do Resultado do Exercício de 1996**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
**ORIGINAL DE 1996**

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.905.638,99
VENDA DE MERCADORIAS	4.905.638,99
(-) DEDUÇÕES E IMPOSTOS INCIDENTES	(756.639,72)
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(756.639,72)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.148.999,27
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(4.243.562,41)
(=) LUCRO BRUTO	(94.563,14)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(571.953,55)
DESPESAS COM PESSOAL	(272.930,15)
DESPESAS GERAIS	(295.691,14)
DESPESAS FINANCEIRAS	(3.332,26)
(=) RESULTADO OPERACIONAL	(666.516,69)
(+) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	50.539,62
RECEITAS FINANCEIRAS	33.046,01
RECEITAS EVENTUAIS	17.487,79
GANHO OU PERDA NA VENDA DE IMOBILIZADO	5,82
(=) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(615.977,07)



**Anexo IV – Demonstração do Resultado do Exercício de 1997**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
**ORIGINAL DE 1997**

<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>5.536.205,89</b>
<b>VENDA DE MERCADORIAS</b>	<b>5.536.205,89</b>
<b>(-) DEDUÇÕES E IMPOSTOS INCIDENTES</b>	<b>(775.461,89)</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>(775.461,89)</b>
<b>(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>4.760.744,00</b>
<b>(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>(4.428.085,82)</b>
<b>(=) LUCRO BRUTO</b>	<b>332.658,18</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(561.399,54)</b>
<b>DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>(329.208,79)</b>
<b>DESPESAS GERAIS</b>	<b>(215.911,66)</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(16.279,09)</b>
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(228.741,36)</b>
<b>(+) RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>12.594,87</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>792,05</b>
<b>RECEITAS EVENTUAIS</b>	<b>11.802,82</b>
<b>(=) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(216.146,49)</b>